

COPA BRASIL 2014

Na boca do gol

ENTREVISTA MINISTRO
ALDO REBELO
'HÁ UMA CAMPANHA
CONTRA A COPA'

Em ritmo de Copa do Mundo

Às vésperas da Copa do Mundo, como não poderia ser diferente, este foi o tema de destaque desta edição da Por Sinal. Sem a intenção de jogar a favor ou contra, buscamos ouvir pessoas qualificadas, com diferentes olhares e experiências, que pudessem acrescentar informações novas ao debate que mobiliza tantos brasileiros. Na primeira matéria, “Na boca do gol”, variamos entre o otimismo do governo e o pessimismo dos que prometem ocupar as ruas contra o evento, levantando algumas perguntas: Qual será, de fato, o legado que o Mundial deixará para o país? Quais as melhorias para a população e para a qualidade de vida das cidades-sede? Qual a imagem que deixaremos para o turista estrangeiro e para o mundo?

Ainda sobre o assunto, entrevistamos o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, dirigente do PCdoB, que, junto com o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, é uma das personalidades mais demandadas do momento. O ministro, apesar da enxurrada de críticas, se diz tranquilo, mas afirma, categoricamente, que há uma campanha de setores importantes da mídia e da oposição contra a Copa, contaminada pelas eleições de outubro. “No fundo, é uma agenda contra o governo”, reclama. Mas ele contra-ataca, garantindo que não há nada no Brasil mais fiscalizado do que esta Copa!

Aproveitando a realização do evento no Brasil, e solidário com as manifestações de junho de 2013, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais organizou sua campanha salarial de 2014 centrando no tema “Serviço público com padrão Fifa!”. Na reportagem que fizemos sobre a campanha, mostramos que muito mais que discutir o necessário reajuste salarial, “os servidores entram em campo para criar um vínculo com a sociedade na defesa da qualidade dos serviços públicos e, por extensão, dos seus direitos”.

Apresentamos, também, nesta edição, um artigo do nosso colega do BC, procurador Edil Batista Júnior, “Por um contencioso administrativo eficaz”, que novamente trata do problema da lentidão da Justiça, principalmente nos litígios contra o Estado. Para nós, servidores públicos, a litigância

contra nosso padrão é, muitas vezes, o único caminho de ter nossos direitos assegurados, mas justiça tardia não é justiça, como dizia Ruy Barbosa.

Dando prosseguimento ao debate sobre a reforma política, tão necessária para melhorar a qualidade da representação política no país, demos destaque à criação da “Coalizão Democrática”, iniciativa organizada pela Frente Suprapartidária em Defesa de uma Reforma Política Democrática de Eleições Limpas, composta por mais de 60 entidades que, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Nacional) e a CNBB, elaborou projeto de lei de iniciativa popular. Essa Frente foi uma resposta às manifestações de junho, que deixaram em evidência o abismo existente entre governos e partidos políticos e a sociedade.

Outro assunto recorrente em nossa revista é a defesa do consumidor bancário. Nesse sentido, o Banco Central avança, com a criação da nova Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania (Direc), apostando na transparência para enfrentar o desrespeito aos direitos dos correntistas. Uma das primeiras providências foi dar maior visibilidade, em seu portal na internet, às instituições financeiras que insistem em desrespeitar os clientes bancários e lideram o ranking de queixas que chegam ao Banco.

Na edição passada, informamos sobre a criação de uma nova tecnologia de fiscalização remota do BC para supervisionar as instituições financeiras, explicando em detalhes o seu funcionamento. Aproveitamos este número para trazer a posição do Sinal, que questiona os limites e a eficiência dessa nova tecnologia, considerada uma alternativa paliativa diante do grande problema de falta de servidores.

Por fim, em artigo intitulado “IBGE: ponto eletrônico ou taylorismo digital?”, o economista Miguel Bruno, ao tratar do sistema de produção baseado nas novas tecnologias da informação e da comunicação, alerta para o fato de que se corre o risco de sermos modernos apenas em tecnologia, “se continuarmos arcaicos ou anacrônicos nas relações de trabalho necessárias para utilizá-la”.

CONSELHO NACIONAL
BIÊNIO 2013/2015

Presidente
Daro Marcos Piffer

Belém
José Flávio Silva Corrêa

Brasília
Anderson Heringer Werner
José Ricardo da Costa e Silva
Josina Maria de Oliveira
Max Meira

Belo Horizonte
Mauro Cattabriga de Barros

Curitiba
Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Fortaleza
Uverlan Rodrigues Primo

Porto Alegre
Gustavo Diefenthaler

Recife
Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro
Cícero Ricardo Máximo Bezerra
João Marcus Monteiro
José Vieira Leite
Sergio da Luz Belsito

Salvador
Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo
Aparecido Francisco Sales
Natalino Yoshimi Sakamuta
Paulo Lino Gonçalves

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL
BIÊNIO 2013/2015

Presidente
Daro Marcos Piffer

Diretor Secretário
Epitácio da Silva Ribeiro

Diretor Financeiro
Luiz Carlos Alves de Freitas

Diretor Jurídico
Jordan Alisson Pereira

Diretor de Comunicação
Gustavo Diefenthaler

Diretor de Assuntos Previdenciários
Sérgio da Luz Belsito

Diretor de Relações Externas
Luis Carlos Paes de Castro

Diretor de Estudos Técnicos
Eduardo Stalin Silva

Diretor de Assuntos Intersindicais
Iso Sendacz

Diretor de Qualidade de Vida
José Vieira Leite

EXPEDIENTE ANO 13 NÚMERO 44 MARÇO 2014

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, Daro Piffer,
Edil Batista Junior, Eduardo Stalin Silva, Gustavo Diefenthaler,
José Vieira Leite

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo

Ed. Baracat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcellos

Diagramação: Tabaruba Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 8.000

Assessoria de Comunicação do Sinal Nacional: Rapport.
www.rapportcomunica.com

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas
nos artigos assinados.



COPA BRASIL 2014 Na boca do gol

Página 4

ENTREVISTA MINISTRO ALDO REBELO 'Há uma campanha contra a Copa'

Página 14



CAMPANHA SALARIAL 2014 Serviço público com padrão Fifa!

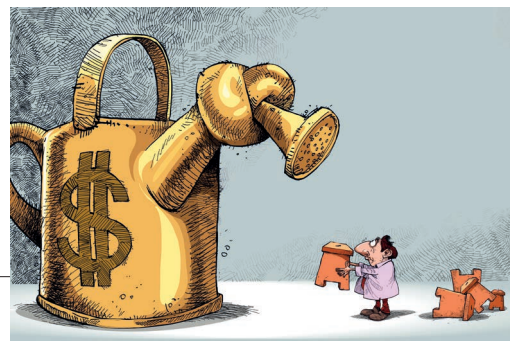
Página 24

ARTIGO Por um contencioso administrativo eficaz

Página 27

REFORMA POLÍTICA Nova agenda para a sociedade

Página 30



DEFESA DO CONSUMIDOR BANCÁRIO BC aperta o cerco aos bancos

Página 34

ARTIGO IBGE: ponto eletrônico ou "taylorismo digital"?

Página 39



SUPERVISÃO DOS BANCOS Os limites da fiscalização remota

Página 42



PADRÃO-FIFA ?

PROTESTOS

MOBILIDADE URBANA

GOL DE PLACA

INVESTIMENTOS

CUSTOS ALTOS

LEGADO SOCIAL

Na boca do gol

A MENOS DE TRÊS MESES DA COPA,
ENTRE O OTIMISMO DO GOVERNO
E O PESSIMISMO DOS QUE
PROMETEM PROTESTAR NAS RUAS,
HÁ UMA ÚNICA CERTEZA: É PRECISO
ESPERAR O FIM DO MUNDIAL
PARA QUE SEJAM AVALIADOS
OS IMPACTOS NA ECONOMIA, O
LEGADO PARA O POVO BRASILEIRO
E OS REFLEXOS PARA A IMAGEM
DO PAÍS NO EXTERIOR

PAULO VASCONCELLOS



As vésperas da Copa do Mundo, um dilema ainda assombra muitos brasileiros: a realização do evento no Brasil será, como diz o jargão futebolístico, um gol de placa, uma bola na trave ou um gol contra? Não se trata de uma dúvida levantada apenas pelo gasto de R\$ 8,5 bilhões com a construção dos estádios, que custaram R\$ 2,6 bilhões a mais do que a previsão inicial e poderiam sair R\$ 3,2 bilhões mais baratos, se o governo não tivesse feito a opção mais cara de construir 12, e não oito ou dez, como sugeria a Fifa: ele alega que sua intenção foi criar novos polos de desenvolvimento, num país com a dimensão continental do Brasil. Nem da constatação de que esse dinheiro não foi surrupiado dos investimentos em educação e saúde, e muito menos resolveria os problemas crônicos do país nos dois setores.

Na contramão dos discursos oficiais otimistas e do pessimismo que ameaça desaguar em protestos de rua, há uma única certeza: é preciso esperar o fim do Mundial — que será disputado por 32 seleções e 736 atletas, deverá atrair 600 mil turistas, mobilizará 15 mil jornalistas, já vendeu 2,3 milhões de ingressos antecipadamente e será visto na televisão por 1 bilhão de pessoas em todo o mundo — para medirmos os impactos na economia, o legado para os brasileiros e os reflexos para a imagem do país no exterior.

GASTOS E INVESTIMENTOS

Os investimentos para a Copa do Mundo são estimados em R\$ 28,1 bilhões. De acordo com o 5º Balanço da Copa, publicado em setembro do ano passado pelo Ministério do Esporte, o valor calculado oficialmente era de R\$ 25,6 bilhões — R\$ 22,9 bilhões em 93 obras em andamento ou já concluídas de intervenções

em estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos e R\$ 2,5 bilhões em projetos de telecomunicações, infraestrutura de turismo, segurança e defesa. Nada menos de R\$ 8,7 bilhões são financiamentos federais por meio de crédito de bancos públicos, R\$ 6,5 bilhões vêm do orçamento federal, R\$ 7,3 bilhões de recursos locais de estados e prefeituras e R\$ 5,6 bilhões de recursos privados.

A maior parte do volume total — ou cerca de R\$ 9 bilhões — é investimento em obras de infraestrutura de transportes. O balanço especifica o valor das instalações complementares montadas para a Copa das Confederações, que somam R\$ 209 milhões. Setenta e cinco por cento do total estariam destinados a obras de mobilidade urbana e infraestrutura que já teriam de acontecer no país. “A Copa do Mundo permite alavancar e adiantar investimentos essenciais em infraestrutura e serviços que teriam de ter sido feitos, independentemente dos eventos”, diz o secretário-executivo do Ministério do Esporte, Luís Fernandes. “O ponto básico no nosso planejamento é que a Copa das Confederações e a Copa do Mundo são uma oportunidade histórica para o desenvolvimento do país.”

Os estádios receberão, ao todo, R\$ 8,5 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,88 bilhões de financiamento do ProCopa Arenas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O desembolso — parcial ou total — já foi realizado para dez obras. Até a publicação do 5º Balanço da Copa, em setembro, ainda não havia desembolso para a Arena Corinthians, em São Paulo. O Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha não solicitou recursos do BNDES. Outros R\$ 8,02 bilhões — R\$ 4,38 bilhões de financiamento federal — foram ou estão sendo investidos em mobilidade urbana. Há 45 obras concluídas ou em fase de execução nas 12

cidades-sede. São 17 corredores e vias expressas de ônibus, 16 estações, terminais, centrais de controle de tráfego (CCTs) e obras no entorno de arenas, dez obras de ônibus de trânsito rápido, como o BRT Transcarioca no Rio de Janeiro, e dois veículos leves sobre trilhos (VLTs).

Das 30 intervenções em aeroportos listadas no 5º Balanço de Ações, dez já foram entregues. As outras 20 estão em obras em 12 aeroportos, com entrega prevista até maio de 2014. O valor destinado a melhorias da infraestrutura aeroportuária está estimado em R\$ 6,28 bilhões. São R\$ 3,62 bilhões de investimentos privados, por meio das concessões dos aeroportos de Brasília, São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, Guarulhos e Campinas, em São Paulo. Entre as obras, estão reforma, ampliação e construção de terminais de passageiros, módulos operacionais e de pistas e pátios de aeronaves, além de uma nova torre de controle no terminal de Salvador.

Até março, estava prevista a entrega de toda a rede de fibra óptica nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo. Entre as cidades que receberam a Copa das Confederações, três estão com as redes concluídas e outras três passam por obras adicionais visando o Mundial. O investimento total é de R\$ 233 milhões e dotará o país de uma rede de telecomunicações mais eficiente.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) também realiza investimentos no setor. Serão R\$ 171 milhões em 46 projetos, sendo 14 de fiscalização e monitoramento do espectro, 11 de gestão do uso do espectro, 19 de suporte à mobilidade dos agentes e dois de segurança de infraestruturas críticas. As ações de segurança pública para a integração de instituições e sistemas, controle de pontos de entrada no país e policiamento dos megaeventos estão sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, que investe R\$ 1,2



A Copa do Mundo permite alavancar e adiantar investimentos essenciais em infraestrutura e serviços que teriam de ter sido feitos, independentemente do evento.

LUÍS FERNANDES,
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO
MINISTÉRIO DO ESPORTE

bilhão nos projetos. Parte dos recursos está sendo usada na construção ou reforma dos 12 Centros Integrados de Comando e Controle regionais e dos dois nacionais. O Ministério também investe R\$ 709 milhões para controle do espaço aéreo, marítimo e fluvial, segurança cibernética, prevenção e combate ao terrorismo, fiscalização de explosivos, entre outras ações. Com o objetivo de atender à demanda extra de energia com a realização da Copa do Mundo, está sendo investido R\$ 1,7 bilhão em ações de geração, transmissão e distribuição de energia.

Em turismo e capacitação, foram destinados R\$ 196 milhões para a construção, reforma e ampliação dos Centros de Atenção ao Turista (CATs), implantação ou complementação de sinalização e obras de acessibilidade nos atrativos

turísticos nas 12 cidades-sede. São 41 intervenções, com previsão de entrega para abril e maio de 2014. O setor hoteleiro, por meio da linha de financiamento ProCopa Turismo do BNDES, recebeu R\$ 1,03 bilhão em investimentos. Dos 16 empreendimentos beneficiados, cinco hotéis foram inaugurados, dois reformados e nove estavam em obras até a publicação do 5º Balanço da Copa. O objetivo é aumentar em 15% a oferta de leitos até 2014. Em relação à capacitação profissional, as três modalidades do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, voltadas para o Mundial (Pronatec Copa, Pronatec Copa na Empresa e Pronatec Copa Social), já têm 92 mil pessoas qualificadas ou em qualificação. O programa deve oferecer 157 mil vagas até 2014.

CONTRATEMPOS

Nem tudo saiu do papel. Em Brasília, a licitação para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que ligaria o aeroporto à região central da cidade, foi cancelada. O Veículo Leve sobre Pneus (VLP), o Expresso DF, que ligará o Gama ao Centro da capital federal, estava prometido para a Copa das Confederações, mas não ficou pronto. O Monotrilho de Manaus, orçado em R\$ 1,5 bilhão, foi suspenso pela Justiça por irregularidade. Das sete obras de mobilidade urbana em Natal, duas saíram da Matriz de Responsabilidade da Copa do Mundo ainda em 2012 e três começaram a ser tocadas já às vésperas da Copa das Confederações.

Em Belo Horizonte, o corredor de ônibus de trânsito rápido (BRT) ligando o Aeroporto de Confins à zona hoteleira, que deveria ser entregue em setembro de 2012, com investimento de R\$ 588,2 milhões, só ficará pronto um mês antes do Mundial, e por R\$ 703 milhões. Mas o Sistema Integrado de Comando

e Controle para Segurança de Grandes Eventos foi entregue simultaneamente nas seis cidades-sede da Copa das Confederações, com investimento federal de R\$ 1,9 bilhão.

A expectativa de retorno era compatível ao volume de investimentos. A principal peça de sustentação dos impactos da Copa do Mundo para o Brasil foi um estudo da consultoria Ernst & Young em parceria com a Fundação Getúlio Vargas para o Ministério do Esporte. Para além do legado em obras de mobilidade urbana e projetos de infraestrutura que reduziram os gargalos do país, o trabalho apontava que o evento deveria gerar 3,6 milhões de empregos, entre 2010 e 2014, atrair 600 mil turistas estrangeiros e produzir impactos econômicos de até R\$ 142 bilhões na economia do país. O salto de 5,5 milhões de turistas que passaram pelo território nacional, em 2009, para 9 milhões, em 2013, já seria um reflexo dos investimentos feitos pelo governo em obras de modernização de aeroportos e transportes.

No primeiro teste, o Brasil foi aprovado. As seis cidades escolhidas como sedes da Copa das Confederações no ano passado venceram o desafio. A competição movimentou R\$ 740 milhões com o turismo. É o que aponta levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para o Ministério do Turismo. Ao todo, 230 mil brasileiros viajaram pelo país para assistir a jogos do torneio, segundo a Embratur. Outros 20 mil estrangeiros vieram ao Brasil. Cada um deles gastou em média R\$ 4.854, contra R\$ 1.042 dos turistas brasileiros. O 5º Balanço das Ações do Governo para a Copa do Mundo revela que 804 mil pessoas assistiram aos jogos nos estádios e que a audiência global do evento atingiu 69,3 milhões de pessoas. Foram criados 24.500 empregos diretos nos seis estádios usados para a competição e fechados R\$ 100 milhões em novos

negócios para as micro e pequenas empresas. “A Copa das Confederações foi um sucesso, apesar de ter sido operada em condições adversas, por causa das manifestações. Foram testados os planos de mobilidade e posto em prática o plano de segurança. Aprendemos com erros, como a distribuição centralizada dos ingressos e na escolha de modais para dar vazão ao público. Ainda assim, houve qualidade na organização dos serviços básicos, na transmissão dos jogos, no acesso aos estádios e na segurança dada a torcedores e atletas. Um dos principais legados foi vencer a desconfiança da nossa capacidade de organizar um evento mundial”, diz Luís Fernandes, do Ministério dos Esportes.

GOL DE PLACA

A pesquisa da Fipe, que entrevistou

1.731 turistas estrangeiros, 11.019 turistas domésticos e 2.817 pessoas que moram nos estados das sedes da Copa das Confederações, revelou que os serviços de transporte privado foram aprovados por 83,1% e a segurança pública teve aprovação de 71,7%. Já a qualidade dos estádios e o conforto das instalações das novas arenas esportivas tiveram a aprovação de 95,3%. O Mané Garrincha, em Brasília, o Castelão, em Fortaleza, a Arena Pernambuco, na região metropolitana do Recife, a Arena Fonte Nova, em Salvador, o Mineirão, em Belo Horizonte, e o Maracanã, no Rio de Janeiro, foram elogiados pelas inovações arquitetônicas e tecnológicas. Nos aeroportos, o problema maior foi o excesso de passageiros. Em Brasília, um dia após a partida de abertura do campeonato, entre Brasil e

Japão, foi preciso enfrentar mais de uma hora e meia de fila para fazer o check-in. Algumas cidades enfrentaram problemas de falta de vagas em hotéis durante o torneio, principalmente em dias de jogos do Brasil. A equação só gera alguma dúvida porque a Copa das Confederações reuniu oito times e movimentou 250 mil visitantes internacionais e brasileiros que circularam pelo país durante o torneio, enquanto na Copa do Mundo serão 32 seleções, e a expectativa é de movimentação de 3,6 milhões de turistas estrangeiros e domésticos, de acordo com a previsão da Ernst & Young e da Fundação Getúlio Vargas.

“Números podem acontecer ou não. A gente tem perspectiva de que os números previstos para a Copa do Mundo já se confirmaram em diversos setores,





É surpreendente que esses grandes eventos não influenciem a economia nacional, embora eles possam contribuir para gerar gastos de turistas. O fato é que o custo para ter uma Copa do Mundo é muito maior do que qualquer outro evento.

STEFAN SZYMANSKI,
UNIVERSIDADE DE MICHIGAN

mas não fizemos nenhuma atualização, porque o ideal seria reavaliar a pesquisa depois do evento. Mas não há dúvida de que em vários aspectos o legado vai se confirmar. A nossa perspectiva em relação ao crescimento do fluxo de turistas é bastante realista”, diz Marcos Nicolas, diretor de Programas Estratégicos da EY. “O aumento de turistas não aconteceu só por causa da Copa do Mundo, mas é algo que crescerá até 2018. A perspectiva é que o Brasil se torne a quinta economia turística do mundo. Esse ponto comprova que os investimentos que apostam em melhoria dos serviços vão tirar o país da estagnação no fluxo turístico, registrada entre 2004 e 2009. Mas há ainda o surgimento de pequenas e microempresas, em função do crescimento do turismo e do Mundial, que comprovam a consolidação do ciclo virtuoso da economia. Se você mantém o patamar de circulação e despesas, mantém a economia forte. O marketing da Copa das Copas está se confirmando. O país tem muito mais a ganhar fora das quatro linhas do gramado de futebol. O legado será mais importante do que o Brasil ganhar a Copa do Mundo.”

COM O PÉ ATRÁS

O grito das ruas berrou o contrário. Os protestos, que começaram com a reivindicação do passe-livre nos transportes públicos, evoluíram para as queixas contra os gastos nos estádios e a exigência de um padrão Fifa também na educação e na saúde. Não demorou muito para que especialistas apontassem uma suposta superestimação do governo sobre os benefícios da Copa do Mundo. Professores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) debruçaram-se sobre projeções feitas para o Mundial de futebol e jogaram uma ducha de água fria no otimismo. “De 2011 para cá, o ritmo de crescimento da economia brasileira caiu. Nenhum estudo previa isso. Com a mudança no cenário, os investimentos privados na Copa do Mundo diminuíram. Muitos projetos de hotéis foram adiados. A redução do interesse de empresários pelo Mundial é um dos motivos pelo qual o torneio não será tão benéfico à economia quanto o esperado”, afirmou Marcelo Proni, professor do Instituto de Economia da Unicamp. “Um megaevento como a Copa do Mundo apenas substitui turistas usuais por ‘turistas-Copa’. Portanto, não eleva consideravelmente os ganhos do país-sede, diferentemente do estimado por consultorias”, escreveram os professores Edson Paulo Domingues, Ademir Betarelli Junior e Aline Souza Magalhães, da UFMG.

Economistas estrangeiros ajudaram a incorporar o pessimismo. A tese principal defendida por eles é que a realização de uma Copa do Mundo não garante necessariamente crescimento econômico ao país que a recebe. O professor Stefan Szymanski, coordenador do Departamento de Economia do Esporte da Universidade de Michigan, analisou dados do PIB das 20 maiores economias do mundo, entre 1972 e 2002.



Parte desses países recebeu uma Copa do Mundo ou uma Olimpíada no período. O resultado da pesquisa de Szymanski mostra que o Mundial de futebol, a bem da verdade, provoca impacto negativo no PIB de 0,09 no ano seguinte à sua realização. Nos anos anteriores e no ano em que o evento é realizado, a variação é pequena e, segundo o estudioso, não apresenta melhora significativa nos indicadores econômicos. “É surpreendente que esses grandes eventos não influenciem a economia num nível nacional, embora eles possam contribuir para gerar gastos de turistas. O fato é que o custo para ter uma Copa do Mundo é muito maior do que qualquer outro evento.” O economista Philip Porter, da Universidade da Flórida, especializado na análise do impacto de grandes eventos, levanta outro dilema: “É previsível que durante uma Copa do Mundo, por exemplo, muitos moradores locais deixem de trabalhar ou fechem as portas dos seus negócios, dependendo da área de atuação.”

QUEM PAGA A CONTA

O financiamento de obras previstas para a Copa do Brasil aumentou, em média, em 30% o endividamento de oito cidades-sede do Mundial. As prefeituras desses municípios contraíram R\$ 3,7 bilhões em empréstimos com a União e bancos públicos, como o BNDES. Todas já deviam R\$ 12,2 bilhões. A dívida feita para o campeonato está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que uma prefeitura não pode dever um valor 120% maior do que sua receita anual. Mas, ainda assim, pode ser fonte de outros problemas. “O problema não é fazer a dívida, é o que fazer com ela. Se o endividamento ajuda a melhorar a infraestrutura da cidade e, com isso, gera riqueza para o município — riqueza que vai ajudar a pagar a dívida nos próximos anos —, então

não há problema”, afirma o professor Gustavo Andrey Fernandes, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eaes). “Para garantir que esse financiamento será bem gasto, é importante cobrar que o projeto que ele vai bancar seja bem-feito. Existem cidades no mundo que sediaram grandes eventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, e têm problemas até hoje para pagar suas dívidas”, completa o professor Amaury Patrick Gremaud, do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração (FEA), do campus Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

Entre as 12 sedes, São Paulo tem a maior dívida com a União, mas não recorreu a empréstimos federais para a Copa. O município deve R\$ 59,8 bilhões, de acordo com a Secretaria Municipal de Finanças. O Rio de Janeiro recebeu a maior quantidade de financiamentos federais: R\$ 1,2 bilhão. A cidade já tem uma dívida estimada em R\$ 7,4 bilhões, de acordo com a Secretaria Municipal de Fazenda. Porto Alegre, com dívida de R\$ 453,6 milhões, segundo o Banco Central, financiou R\$ 399 milhões com a União para obras de mobilidade. Belo Horizonte, cuja dívida é estimada em R\$ 1,5 bilhão, levando-se em conta financiamentos feitos pela prefeitura com a União e bancos públicos, conta com mais R\$ 1,02 bilhão para fazer, entre outras coisas, um BRT. O governo do Distrito Federal, que tem dívida com a União estimada em R\$ 2,06 bilhões, segundo o Banco Central, pediu novo financiamento ao governo federal, no valor de R\$ 98 milhões, para fazer a ampliação da DF-047, estrada que liga o aeroporto à cidade.

O governo do Rio Grande do Sul, em uma tentativa de reduzir os impactos das manifestações, lançou uma proposta

de diálogo depois dos protestos do ano passado que sacudiram a capital gaúcha. De lá para cá, foi aprovada a primeira lei do país que garante o passe-livre nos transportes públicos — motivo original dos manifestantes, que depois diversificaram a pauta de reivindicações. A regra que vale em todo o estado beneficia os estudantes da Região Metropolitana de Porto Alegre com renda per capita de 1,5 salário mínimo e que residem numa cidade e estudam em outra. Para o transporte dos estudantes das demais regiões do estado, foi criado um subsídio. No total, serão investidos R\$ 16 milhões para garantir os benefícios estabelecidos pela Lei 14.307/2013.

A intenção do governo Tarso Genro era não investir um tostão nas obras de reforma do estádio Beira-Rio, onde serão realizadas quatro partidas do Mundial, mas lei aprovada recentemente deu incentivo fiscal para a construção das estruturas temporárias. Mesmo assim, manteve os investimentos previstos em saúde para a compra de equipamentos aquisição de veículos para o serviço de atendimento médico de urgência (Samu) e na construção de novas unidades de pronto-atendimento, aportou recursos para a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a fim de melhorar a qualidade do fornecimento à Região Metropolitana de Porto Alegre depois da Copa, e em obras de mobilidade de bairros da capital, que incharam nos últimos anos. A expectativa é que o Mundial de futebol gere 12 mil postos de trabalho temporário, R\$ 90 milhões em arrecadação de ICMS e nada menos de R\$ 500 milhões ao PIB gaúcho. “Os protestos de junho de 2013 inauguraram uma nova realidade política. A Copa do Mundo pode reunir diversas tensões e provocar novas mobilizações, marcadas por uma dinâmica ainda mais caótica e radicalizada. Não é recomendável aos



Houve uma parceria para o desperdício. Duzentas mil pessoas foram removidas. Operários morreram nas obras. É um conjunto de negatividades que supera o orgulho de sediar uma Copa do Mundo.

CHICO ALENCAR,
DEPUTADO FEDERAL PSOL/RJ

governantes uma postura contemplativa. O poder público tem de tomar a iniciativa para o diálogo em torno de problemas que continuarão depois da Copa do Mundo”, diz o secretário-geral de governo do Rio Grande do Sul, Vinícius Wu.

O LEGADO SOCIAL

“Não é aceitável que o Maracanã, no Rio, e o Verdão, em Cuiabá, tenham sido reformados. Há uma exigência negociada da Fifa. Muitos desses estádios, como o Mané Garrincha, em Brasília, e a Arena das Dunas, em Natal, vão ficar ociosos depois da Copa. Houve uma parceria para o desperdício. Duzentas mil pessoas foram removidas. Operários morreram

nas obras. É um conjunto de negatividades que supera o orgulho de sediar uma Copa do Mundo”, protesta o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ), que guarda na memória a primeira carteira de dinheiro que ganhou da madrinha com a estampa na capa dos campeões do mundo de 1958 e até hoje escala de cor titulares e reservas da Seleção. “O que se discute é a imposição da Fifa aos países que se dispõem a sediar a competição, que cria um estado futebolístico de exceção com a Lei Geral da Copa, e os recursos públicos absurdamente elevados para preparar estádio e cidades, em contrapartida com o fato de que o grande legado, que eram as obras de mobilidade, vai ser praticamente zero com os cortes feitos. O que sobrou foi para acesso aos estádios. Em Manaus nada será feito. Brasília e Rio de Janeiro terão apenas uma obra cada. É muito aquém do esperado e do planejado. É uma Copa do Mundo perdida em termos de legado.”

“Um dos legados da Copa é a integração da Amazônia pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que até agora não era possível porque não havia rede de fibra óptica na região. É um sonho de infraestrutura e tecnologia que não se fala, rebate o governo. Outro legado são os centros integrados de segurança pública, que vão beneficiar os moradores das cidades-sede depois do Mundial. Sem falar que a Copa do Mundo permitiu, pela primeira vez, um planejamento integrado em todo o país”, destaca Luís Fernandes, do Ministério do Esporte. “Os investimentos em infraestrutura não são para a Copa do Mundo, mas foram antecipados por causa dela. O evento deflagrou investimentos em mobilidade que estavam paralisados há muito tempo no país. “Em todo o Brasil, a ideia é a integração metropolitana”, reforça o ministro Aldo Rebelo, em entrevista publicada nesta edição. No Rio, o BRT

Transcarioca não é essencial para o campeonato, mas é uma aposta na melhoria da mobilidade que vai integrar todo o sistema de transporte da cidade. Todas as obras essenciais ficarão prontas, e as que não ficarem prontas até a Copa do Mundo serão concluídas depois pelo PAC. Isso preserva o legado.”

Em um ano eleitoral, a explicação oficial para que o Brasil tivesse 12 cidades-sede, ao contrário de outras edições da Copa do Mundo, que foram realizadas em apenas oito, não resiste à crítica de jogada política. O certo é que o dinheiro aplicado nos novos estádios não é o que garantiria padrão Fifa à educação e à saúde. “A Copa do Mundo pode ser criticada por uma série de razões, como os custos de algumas arenas, as privatizações mal explicadas, as remoções forçadas e os desmandos da Fifa, mas ela não explica a qualidade atual da saúde e da educação pública no Brasil. De qualquer modo, as críticas podem ajudar a fomentar o debate sobre o subfinanciamento dessas duas áreas. O debate está apenas começando e a reivindicação por escolas e hospitais ‘padrão Fifa’ não é só justa, como necessária”, escreveu o economista e cientista social Mário Almeida, em artigo para o blog Luis Nassif Online, em 28 de junho de 2013, em meio ao calor dos protestos das ruas.

Cruzando dados de investimentos em educação e saúde de 2000 a 2011, Almeida mostrou que os gastos com os estádios da Copa do Mundo são ínfimos diante do orçamento público anual para a educação. Em 2011, por exemplo, foram gastos R\$ 252 bilhões, cem vezes mais do que o gasto “médio” anual com estádios. Já os gastos públicos anuais por estudante nos níveis básico e médio estão longe do custo de um estudante em uma escola particular, que custa, ao menos, R\$ 13 mil por ano. No nível superior, os gastos públicos anuais por estudante são da ordem de R\$ 20.600, valores próximos



OsgastoscomaCopa
são insignificantes
perto do que o setor
público brasileiro já
despende com saúde.
A insatisfação com os
serviços ocorre
porque, mesmo
assim, os recursos
são insuficientes.

MÁRIO ALMEIDA,
BLOG LUIS NASSIF ONLINE

aos cobrados pelas melhores instituições privadas do país, em que as mensalidades giram em torno de R\$ 1.500. “Não por acaso, as melhores universidades do Brasil são públicas. Não por acaso, o ensino público fundamental e médio no Brasil é muito ruim, apesar das tímidas melhoras observadas na última década”, completa o economista.

Embora não tenha encontrado dados tão completos para a saúde, Mário Almeida descobriu um quadro semelhante no setor. Entre 2000 e 2010, o gasto público per capita por ano saiu de US\$ 107 para US\$ 466. No mesmo período, a porcentagem do orçamento público destinado à área foi de 4,1% para 10,7%. “Novamente, percebe-se que os gastos com a Copa são insignificantes perto do que o setor público brasileiro já despende com saúde. A insatisfação com os serviços ocorre porque, mesmo assim, os recursos são insuficientes. Só para comparar: os Estados Unidos despendem US\$ 3,7 mil ano/habitante, enquanto a Noruega chega a US\$ 6,8 mil.”

A APOSTA DO GOVERNO

A conquista do hexacampeonato mundial pode ajudar os brasileiros não só a esquecer seu maior trauma futebolístico — a derrota para o Uruguai no jogo final da primeira Copa do Mundo disputada no país, em 1950 —, mas também a embalar uma onda de euforia nacional que apague os equívocos na realização do segundo mundial no país. Uma derrota, ao contrário, pode alavancar ainda mais a insatisfação. O governo aposta, independentemente da vitória nos gramados, no apoio de dois terços da população que, pelas pesquisas oficiais, aprovam o evento, apesar da sensação de que na escolha do Brasil para sediar o Mundial, em 2007, o sentimento estivesse mais próximo da unanimidade nacional. Os jornais e a oposição têm bradado, porém, com pesquisas que apontam que pouco mais de 10% dos brasileiros ainda consideram a iniciativa um bom negócio e que mais de 80% discordam do dinheiro gasto com a reforma e construção dos estádios. A bola está na marca do pênalti. 



OS LEGADOS DA ALEMANHA E DA ÁFRICA DO SUL

A Copa do Mundo deixou legados diferentes nas últimas duas sedes da competição. A Alemanha investiu US\$ 10 bilhões em estádios, rodovias, controle de tráfego aéreo e transporte para o Mundial de 2006, mas aproveitou o evento principalmente para fortalecer os clubes. Hoje, não tem só o time campeão da Europa, sua seleção ocupa lugar de honra entre os favoritos ao título no Brasil. A África do Sul, que gastou US\$ 8 bilhões, frustrou-se com o retorno da competição para o crescimento do país, o turismo e a geração de emprego, mas colheu melhorias em

infraestrutura. Só não sabe o que faz com parte dos cinco estádios construídos para o Mundial de 2010. Joanesburgo, principal sede da Copa do Mundo, ganhou o trem que liga os 35 quilômetros do Centro ao Aeroporto Internacional OR Tambo em apenas 15 minutos. Também, foram implantadas na cidade linhas de ônibus, que circulam em faixas exclusivas. O sistema chegou ainda à Pretoria, Porto Elizabeth e Cidade do Cabo, que ganharam 300 novos ônibus. Durban obteve novas estações de trem. No rastro do Mundial, foi lançado, em 2013, o Plano Nacional de Infraestrutura, com 18 projetos estratégicos e investimentos de US\$ 83 bilhões. As obras especialmente direcionadas aos 23 distritos mais pobres do país vão beneficiar 19 milhões de pessoas. O país tem uma taxa de desemprego de 25%, voltou a enfrentar conflitos sangrentos entre policiais e trabalhadores das minas de platina no ano passado e registra um crescimento médio do PIB, desde a Copa até agora, de 2,6% ao ano.

Na Alemanha, que gastou três vezes menos do que o Brasil está investindo, até os estádios que não receberam jogos da Copa do Mundo acabaram modernizados. O planejamento esportivo criado para o evento é considerado a maior herança do Mundial para os alemães.

O plano pode ser o novo impulso desenvolvimentista.

O legado mais próximo do fracasso parece ser o dos estádios. O Cape Town Stadium, construído na Cidade do Cabo por US\$ 600 milhões em dinheiro público e capacidade para 55 mil pessoas, virou um rombo nos cofres da administração municipal, mesmo com shows de Lady Gaga, U2 e Justin Bieber. O prejuízo chega a US\$ 5 milhões por ano. O Green Point Stadium, com capacidade para 66.005 pessoas, custou cerca de US\$ 600 milhões e, apesar de a cidade ter dois times de futebol e uma das equipes de

rugby mais famosas do país, quase nunca recebe jogos. Só o custo de manutenção é de R\$ 10,5 milhões por ano. Em Porto Elizabeth é pior. No Nelson Mandela Bay Stadium, nem as traves sobreviveram ao abandono. Na Alemanha, que gastou três vezes menos do que o Brasil está investindo, até os estádios que não receberam jogos da Copa do Mundo acabaram modernizados. O planejamento esportivo criado para o evento é considerado a maior herança do Mundial para os alemães. O país também aproveitou para difundir uma nova imagem do povo no mundo. Tidos como frios e sem emoção, os alemães trataram de recepcionar bem os turistas. O retorno foi o aumento do fluxo turístico, que coloca o país em sétimo lugar no ranking mundial, com 24 milhões de visitantes por ano. Mas investimentos de algumas cidades para recepcionar as seleções tiveram retorno financeiro mínimo, e, oito anos depois, não há muitos sinais de que o evento passou por elas.



'Há uma campanha contra a Copa'



É com tranquilidade que o ministro Aldo Rebelo enfrenta a enxurrada de críticas que recebe cotidianamente, desde que aceitou continuar, a pedido da presidente Dilma, à frente do Ministério do Esporte, responsável pela organização de um dos principais eventos esportivos que o Brasil vai sediar daqui a menos de 70 dias. Mas esse alagoano, de fala mansa, é enfático, e muda seu tom de voz quando explica o porquê de tanta má vontade: “Há uma campanha de setores importantes da mídia e da oposição contra a Copa. No fundo, é uma agenda contra o governo.” Para o ministro, militante do PCdoB desde a década de 1970 e com uma carreira política sólida, as denúncias de desperdício do dinheiro público, de superfaturamento e de corrupção não têm consistência, estão contaminadas pela campanha eleitoral. Ele garante que não há nada no Brasil mais fiscalizado do que esta Copa do Mundo: “O TCU tem um ministro que cuida exclusivamente de Copa do Mundo e outro, exclusivamente de Olimpíada; a CGU tem um núcleo de trabalho que cuida só da Copa.” Confiante, Aldo Rebelo aposta no sucesso do evento: “Quando a bola rolar na Copa, isso tudo perderá sentido.”

Flavia Cavalcanti

° A poucos meses da Copa, como o senhor explica que um terço da população, segundo algumas pesquisas, ainda resiste à realização do evento? O senhor chegou a mencionar o complexo de vira-lata da população brasileira, lembrando Nelson Rodrigues. Continua acreditando nisso ou acha que o debate está muito contaminado pela questão eleitoral?

Há uma campanha contra a Copa. Uma campanha de um setor importante da mídia e de um setor importante da oposição. Quando se faz um cruzamento das informações e das pesquisas, você vê: é contra a Copa, contra o Bolsa Família, contra os médicos cubanos. Ou seja, é uma agenda contra o governo. E a Copa, como foi trazida pelo presidente Lula, ainda integra a agenda de Lula, que está em pleno curso. Mas isso é natural, porque em 1950 foi a mesma coisa. Lacerda também não queria a construção do Maracanã, teve um debate grande no Rio de Janeiro. Mário Filho, que era um jornalista, irmão do Nelson Rodrigues, liderou a campanha a favor do estádio. Acho que hoje, de forma atualizada, o debate permanece.

Nelson Rodrigues criou esta expressão “o complexo de vira-latas”. Ou seja, um setor do Brasil seria como uma espécie de Narciso às avessas já que Narciso admirava a própria imagem. E ele dizia que há no Brasil aquele que cospe na própria imagem. Acho que as crônicas do Nelson Rodrigues são mais atuais hoje do que no tempo em que foram escritas, há 50, 60 anos. Mas nós devemos ter tranquilidade e enfrentar esse debate. O pessimismo é uma coisa atávica no Brasil, desde o português lá na beira do Tejo, que achava que não devia ter navegação, não devia ter descobrimento, não devia ter nada. Esse pessimismo chegou no Brasil e ganhou contornos ideológicos e políticos. Mas quando a bola rolar na Copa, isso tudo perderá sentido. Nem precisa começar a Copa. Só o gesto do Neymar, de levantar aquela criança sul-africana no jogo amistoso do Brasil, já reduziu bastante as motivações políticas e ideológicas de oposição à Copa.

° Nomei o de tantas informações desencontradas e de muita desinformação, como o senhor avalia a comunicação do governo em relação à Copa? Onde ela está falhando? Que tipos de instrumentos deveriam ser criados para estabelecer um diálogo com a população? Já que o senhor citou a campanha contrária da mídia, o que achado de debates sobre a democratização dos meios de comunicação?

Nós tivemos o aparato midiático repetindo que a Copa do Mundo é um desperdício; que a Copa do Mundo é desvio de dinheiro público; que a Copa do Mundo está tirando recursos da saúde e da educação; que a Copa do Mundo é sinônimo de corrupção; que a Copa do Mundo é superfaturamento.

Não apresentam um fato, não apresentam uma evidência. Mas de tanto repetir isso, sem um contraponto, porque o governo não dispõe de mídia própria capaz de fazer frente a esse poder avassalador das grandes empresas que têm rádio, TV, jornal e esse aparato de internet, acabam convencendo alguns. Mas isso não tem consistência. Por essa razão, acho que a campanha não vai permanecer. Não há nada no Brasil mais fiscalizado do que esta Copa do Mundo.

° Explique melhor como isso é feito.

O Tribunal de Contas da União tem um ministro que cuida exclusivamente de Copa do Mundo e outro, exclusivamente de Olimpíada. A CGU tem um núcleo de trabalho que cuida só da Copa, aliás, criado por recomendação do próprio presidente Lula quando trouxe a Copa do Mundo para o país. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho visitou pessoalmente todos os canteiros de obra dos estados, não foi uma equipe do Tribunal, foi ele. Sei, porque me convidaram toda vez que ele ia. A fiscalização foi intensa. Uma vez, no Maracanã, o vice-governador do Rio me disse que lá dentro do estádio tinham

12 órgãos de controle, 24 horas: três tribunais de Contas: do município, do estado e da União; dois ministérios públicos: do estado e da União; dois ministérios públicos do Trabalho; duas defensorias: do estado e da União; o Iphan. Todos ali, organizando e fiscalizando.

Mas tudo bem. A Copa do Mundo, do meu ponto de vista, deve ser uma referência e um padrão de transparência dos recursos públicos. Só que há poucos recursos públicos na Copa. A Copa é um empreendimento basicamente privado. Os recursos do governo federal são para metrô, aeroportos, obras de acessibilidade, de tráfego, de mobilidade urbana. Obras do PAC, que aconteceriam, independentemente de ter Copa do Mundo. Se não tivesse a Copa do Mundo no Brasil, o metrô de Fortaleza ia ser feito. A ligação da estação Jacu-Pêssego com a Radial Leste, na Zona Leste de São Paulo, também. Foram obras antecipadas por causa da Copa. E o dinheiro dos estádios são empréstimos do BNDES. O governo federal não tirou dinheiro do orçamento; o Ministério do Esporte também não deu dinheiro do orçamento para fazer estádio.



° Além do BNDES, a Caixa não está financiando?

Não, só o BNDES. A Caixa é o órgão repassador. No caso do estádio do Corinthians, é dinheiro do BNDES repassado pela Caixa. No caso do Rio Grande do Sul, é dinheiro do BNDES repassado pelo Banrisul. Alguns, inclusive, nem pegaram esses empréstimos. Brasília não quis; Paraná pegou menos da metade; o Rio Grande do Sul, um pouco mais da metade. Mas são empréstimos concedidos mediante todas as garantias exigidas pelo próprio banco.

Então, eu vejo assim. Houve essa campanha, mas ela não se sustenta, porque a própria Copa é, também, uma marca, um evento muito forte. E quando consultorias privadas anunciam que essa Copa pode gerar 3 milhões e 600 mil empregos no Brasil; pode gerar um acréscimo ao PIB do país de 0,4% ao ano até, pelo menos, 2019; que, para cada R\$ 1 de investimento público, você pode ter R\$ 3,4 de investimentos privados; as receitas tributárias que você ganha na União, nos estados e nos municípios, tudo isso mostra que a Copa do Mundo é também um grande negócio.

Você visita essas cidades que vão receber as seleções como centros de treinamento. Fui a Sorocaba, que vai receber a seleção da Nigéria, e vi todo o investimento, a construção de novas instalações para o alojamento dos jogadores. Eles estão retirando ainda R\$ 5 milhões de empréstimos para investir nesse centro para receber a seleção da Nigéria. Por quê? Porque isso vai ficar também como uma referência para a cidade. Esse centro vai, depois, receber eventos esportivos e não esportivos de todo o mundo.

° Como anda o cronograma? Nossas obras de mobilidade urbana — acho que estavam previstos 40 intervenções em corredores expressos, VLTs, alargamento das avenidas —, o que vai ficar pronto para a Copa? Quais obras vão ser entregues depois? E quando?

Um cálculo muito simples de ser feito. O que não ficaria pronto para a Copa, nós retiramos da Matriz de Responsabilidade. Só deixamos na Matriz aquilo que vai ficar pronto até a abertura da Copa. Mesmo obras que serão entregues parcialmente, mas que não vão ficar integralmente prontas, nós tiramos da Matriz. Algumas serão entregues logo depois. Nenhuma foi abandonada ou suspensa, porque são obras do PAC, ou seja, têm recursos. Muitas delas foram paralisadas por ações de órgãos de controle, ou suspensas pelo Ministério Público, ou pelo Iphan, ou por tramitação da própria máquina burocrática do Estado — prefeitura, governo estadual e União. E elas vão ficar prontas.

° O VLT de Cuiabá, por exemplo.

O VLT de Cuiabá não vai ficar todo pronto, apenas um trecho. Uma parte dos trilhos foi instalada e alguns vagões já chegaram à capital. Eu fui recebê-los junto com o governador. O pátio principal, onde ficarão os vagões e a saída do VLT, está praticamente pronto. Os viadutos por onde passarão os trens já estão prontos. Então, o que não ficar pronto até a Copa, Cuiabá receberá logo em seguida. O próprio prefeito disse que a Copa antecipou em 30 ou 40 anos esse VLT. A cidade passa a ser outra. E não apenas Cuiabá. Também Várzea Grande, onde fica o aeroporto, uma cidade grande. O VLT sai de Várzea Grande para Cuiabá. O corredor Mario Andreazza, que faz a ligação de Várzea Grande com Cuiabá, vai ser duplicado. A cidade terá, portanto, outra mobilidade urbana depois da Copa do Mundo.

° Pode-se dizer, então, que um dos principais legados sociais da Copa será a melhoria da qualidade de vida das cidades? Isso está garantido?

Sem dúvida. Aqui em São Paulo, nós vamos à Zona Leste. Itaquera é a região com o menor índice de desenvolvimento. A presença do estádio do Corinthians leva para lá uma universidade que já está funcionando, teve vestibular (Fatec), uma escola técnica pronta, que será aberta depois da Copa, porque será usada como estrutura temporária, já que é o estádio da abertura do evento. As obras viárias em torno do estádio não são para o estádio, porque acho que nem as seleções passarão por elas, nem os turistas. São obras para a população da Zona Leste. Quem conhece e anda pela Zona Leste sabe que é um tráfego intenso e que são necessárias obras que articulem todas as vias existentes para melhorar a mobilidade da região. Isso está acontecendo em todo o Brasil. O estádio do Recife não é no Recife, é em São Lourenço da Mata, ou seja, o metrô vai até o estádio. A rodovia que passa também já está concluída. Em todo o Brasil, a ideia é a integração metropolitana.

° Porto Alegre virou um canteiro de obras e a gente vê que vão ficar muitas melhorias para a cidade depois. Mas lembro-me de ter escutado uma entrevista do prefeito Fortunati, no ano passado, na qual ele disse que não podia ficar à mercê da chantagem de alguns empresários, que estavam deixando as obras atrasarem para forçar uma renegociação em alguns contratos. Ele não ia renegociar contrato algum, não ia ceder. Foi o que ele fez. Com a nossa concordância, retirou algumas obras da matriz de responsabilidade e deu prosseguimento nas outras. Mas não paralisou nenhuma.

° O futebol é uma tradição do povo brasileiro, mas, com ingressos tão caros, boa parte estará fora dos estádios, assistindo na televisão. O que o governo pode fazer para tornar a festa da Copa mais popular, para que as pessoas se sintam participando desse evento?

Nunca fui a uma Copa do Mundo, nunca vi um jogo de Copa do Mundo num estádio. Mas, pra mim, a Copa do Mundo nunca deixou de ser uma festa. Uma grande festa, da qual participava da minha maneira. Vendo com os amigos, com minha família; às vezes, com o pessoal do partido. A gente se juntava num canto, comprava umas cervejas.

° Mas nunca aconteceu no Brasil depois da Copa de 1950, quando o senhor não era nascido.

Tá certo, eu não era nascido. Mas, se pudesse, sinceramente, veria a Copa do Mundo em casa, com os amigos. Mas é claro que se pudesse ver com meus amigos no estádio seria melhor. Nem todos eles, naturalmente, poderiam ir ao estádio.



Estou mais preocupado com o preço dos ingressos depois da Copa. Haverá espaço nos estádios que estão sendo construídos e modernizados para o torcedor mais pobre, para aqueles de baixa renda? Essa é uma preocupação que tenho discutido com os dirigentes dos clubes.

° Imagino telões nas praças ou em espaços públicos.

Acho que a festa do futebol não é apenas a festa de quem vai para o estádio. Sou torcedor do Palmeiras. O time jogando aqui em São Paulo e eu lá no interior de Alagoas, quando morava ainda na roça, ouvindo um rádio a válvula, que muitas vezes desaparecia, e quando voltava o som, você não sabia se o placar continuava o mesmo. Pra mim, era uma festa.

Estou preocupado muito mais com o preço dos ingressos, mas não para a Copa do Mundo. O problema da Copa é a limitação do número de ingressos que podem ser vendidos. É com o preço dos ingressos depois da Copa. Haverá espaço nos estádios que estão sendo construídos e modernizados para o torcedor mais pobre, para aqueles de baixa renda? Essa é uma preocupação que tenho discutido com os dirigentes dos clubes, com os operadores e os proprietários desses estádios. Eu acho que sim.

Na Copa do Mundo, é claro, uma parte vai fazer a festa no campo, vai poder ter acesso aos estádios; outros vão fazer a festa em casa, e muitos nas praças, porque as prefeituras, independentemente do Fan Fest da Fifa, vão criar condições para que o povo, se quiser, possa assistir em telões, como aconteceu na Alemanha. E grande parte do turista, e é bom levar isso em conta, quer viver o clima da Copa fora dos estádios, passear pela cidade, ir às praças, conversar.

° Em relação às possíveis manifestações de setores descontentes que estão cobrando um padrão Fifa para os serviços públicos, o senhor defende algum tipo de legislação específica para coibir a violência e as ameaças ao patrimônio público?

As manifestações pacíficas são protegidas por lei, antes, durante e depois da Copa. São garantias institucionais. As manifestações violentas já são coibidas por lei. Há, em curso, uma discussão no Ministério da Justiça sobre medidas adicionais, relacionadas, por exemplo, com essa questão do uso de máscaras. Fiz movimento estudantil, fiz passeatas em épocas difíceis. Havia uma repressão violenta. Mas nós nunca usamos máscara. Há um paradoxo quando vejo militantes mascarados exigindo voto aberto na Câmara dos Deputados. Ou seja, você vai mascarado pedir que o outro vote em aberto. Você usa máscara pra fazer um pedido.

Eu sempre digo: a ordem, num país democrático, serve à democracia. Num país ditatorial, serve à ditadura. E quando você não tem a ordem pública, pode ter a ordem privada. E a ordem privada é sempre a ordem do mais forte. Acho que nós não devemos aceitar quebra-quebras, depredações, agressões. Acho que, usando uma imagem que se usa na economia, esse tipo de manifestação, que é a má manifestação, termina expulsando a boa manifestação.

° Foi o que aconteceu desde junho do ano passado... Sim. As pessoas querem se manifestar pacificamente, por educação, saúde, transporte, segurança, ou seja lá qual for a razão, mas não querem integrar movimentos de depredação, como, por exemplo, quebrar o Itamaraty, ou invadir a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e depredar ou pichar uma obra de arte do século XIX. Qual o sentido desse protesto? Aí você vê um menino bem-intencionado, que acha que quebrar uma loja é protestar contra o capitalismo, que está mascarado. E vem outro mascarado do PCC pra saquear a loja, e não pra protestar contra o capitalismo. Eu acho que num país democrático as manifestações têm de ser abertas.

° Mas o que pode ser feito, já que existe o risco de manifestações terminarem em atos de violência? O senhor concorda em enquadrar como terrorismo essas ações de vandalismo? O Congresso está discutindo isso.

O conceito de terrorista, ainda hoje, é muito delicado. Nem a ONU conceituou o que é terror. Porque o que pode ser para uns pode não ser para outros. Então esta é uma discussão muito complicada, difícil. Mas é uma coisa que, acho, no Brasil é preciso ter muito cuidado. Uma coisa é você coibir que mascarados depredem o patrimônio público ou privado. Outra é você querer entrar na discussão do que é terrorismo, do que deixa de ser. Não é uma coisa simples.



A violência das torcidas que brigam nos estádios fere fisicamente; a manifestação racista fere a alma do país. Fere o que temos de mais profundo: uma nação miscigenada, que tem sua identidade na fusão de troncos civilizatórios tão distintos quanto o indígena, o africano e o europeu.

° Como o senhor explica essas últimas manifestações de racismo no futebol brasileiro. Só para completar a pergunta, um amigo contou que viu, numa cidade do interior paulista, uma pichação que dizia: "Fora no destino". Gostaria que o senhor analisasse o que está acontecendo, no Brasil e no mundo. O racismo está crescendo?

Em primeiro lugar, é uma coisa inaceitável. Não pode haver nenhum tipo de condescendência com essas manifestações racistas. Eu dizia a uns jornalistas, que me perguntaram sobre o racismo no futebol, que a violência das torcidas que brigam nos estádios fere fisicamente; a manifestação racista fere a alma do país. Fere o que temos de mais profundo: uma nação miscigenada, que tem suas raízes, sua identidade, na fusão de troncos civilizatórios tão distintos quanto o indígena, o africano e o europeu. Nós somos isso. E temos orgulho dessa identidade. Nós lutamos por isso, não apenas socialmente, mas também intelectualmente. O que produzimos de melhor na nossa sociologia foi pra combater essas manifestações racistas. Está aí a obra de Gilberto Freyre a demonstrar que devemos ter orgulho da nossa miscigenação.

Acho que são manifestações de setores desesperados da sociedade. Não é representativa do povo brasileiro. Eu vi que, enquanto um grupo de torcedores xingou e agrediu o árbitro num jogo no Rio Grande do Sul, numa outra partida que ele apitou logo depois, a torcida toda o aplaudiu. Como um desagravo da maioria do povo gaúcho, condenando a atitude de uma minoria que tem uma concepção absolutamente errada do que é o nosso país. Fiquei intrigado, por exemplo, com o que aconteceu no Peru. Uma população de ascendência indígena xingando um jogador brasileiro negro. Indígenas, que são também alvo de preconceito, de racismo, de discriminação. Não é uma coisa, assim, tão natural. Existe um problema mais profundo que precisa ser enfrentado.

° Tem algum tipo de ação contra o racismo que pode ser feito nesta Copa?

Tem. Nós conversamos com a própria Fifa, com a ONU, com o comitê do Nobel da Paz. Todos esses setores estão interessados em enfrentar e combater essa questão. Porque, na Europa, essas manifestações são muito fortes, e estão crescendo. Foi banido até um jogador da Croácia, que não vai participar da Copa, por esse tipo de manifestação. No Rio Grande do Sul, pedi ao secretário de Segurança que apurasse, investigasse e identificasse os responsáveis. Fiz o mesmo pedido ao Ministério Público de São Paulo.

° Alguns críticos dizem que as remoções que estão acontecendo para a Copa no Brasil fazem parte de um novo modelo de gestão das cidades pelo mercado, viam e megaeventos. Isto tem ocorrido em todos os países ditos emergentes. A Articulação Nacional dos Comitês Populares (Ancop) calcula que 250 mil pessoas vão ser desalojadas por conta das obras da Copa. É uma mentira. E transformaram isso numa indústria. As remoções que acontecem são por conta das obras do PAC. Ou são remoções em áreas privadas, mediante indenização, para construir o metrô, o VLT, ou qualquer coisa. Nesse caso, quando o Estado, seja União, estado ou município, precisa daquelas áreas, paga uma indenização, porque existe uma lei que protege o proprietário. Não é como a China, onde o solo é propriedade do Estado e da União. Aqui, não. Têm muitas obras inviabilizadas pelo custo das desapropriações do terreno. Muitas prefeituras dizem que não podem construir o metrô porque o custo é inviável.

Ou, às vezes, trata-se de áreas públicas, destinadas a obras de mobilidade urbana, e que foram ilegalmente ocupadas. Temos muitos desses casos. O metrô precisava passar por ali e, então, a área foi desapropriada pelo Estado, mas como o metrô demorou a chegar lá, ela foi ocupada ilegalmente. Você vai remover uma área pública para fazer uma obra de interesse público, e de interesse social, que é o transporte, por exemplo, de Fortaleza. É de interesse da população. E vai ter de remover aquelas pessoas. Mas todas essas remoções, mesmo em áreas ilegalmente ocupadas, estão sendo feitas sob acompanhamento do Ministério Público, com acordo com os ocupantes.

E há outros casos, como o que aconteceu em São Paulo, num parque em Itaquera. Foram ONGs ambientais que exigiram a remoção de quem estava dentro desse parque. Porque julgaram mais importante que as árvores ocupem o lugar das pessoas. E eu, naturalmente, tomei o partido das pessoas e propus um acordo: "Ninguém entra mais, porque é um parque, e é importante preservar a área verde, mas também não precisa expulsar ninguém. Os que estão aqui não ficam com a propriedade. Ficam com a posse da área enquanto viverem aqui. Se saírem daqui, perdem." Propus esse acordo entre os ocupantes da área e a Prefeitura, e acho que em todos os casos podemos chegar a um acordo.

Onde é que estão as 200 mil pessoas que estão sendo removidas por conta da Copa? Copa mesmo, só os estádios. O de Fortaleza foi num lugar que já tinha um estádio. Em Manaus, em Natal e no Rio, também. Ou seja: as remoções que estão acontecendo, e não nesse número, são por obras do PAC. Há uma diferença grande entre PAC e Copa. O PAC seria feito de qualquer jeito. Com Copa ou sem Copa, as obras do programa seriam executadas.



° A entidade diz que esse número faz parte de um levantamento feito nas 12 cidades-sede escolhidas para sediar os jogos. É uma farsa. Não demonstram nunca.

° As novas gerações que ocuparam as ruas no ano passado não estão falando em partido. Falam em outras formas de organização, mais horizontais. Isso, porque estão descontentes com os partidos atuais. Que tipo de diálogo é possível estabelecer com elas?

Eu não concebo democracia sem partido. Se eles estão insatisfeitos com os atuais partidos, que procurem formar outros. Porque, sem partidos, que tipo de democracia você vai fazer? Uma democracia plebiscitária? Numa democracia plebiscitária, nem sempre você termina por decidir de maneira madura questões importantes. Basta lembrar que a consulta direta absolveu Barrabás e condenou Jesus Cristo. Se não tiver os partidos e as instituições para levar em conta as emoções, mas também a razão, acho complicado. Se for para a consulta direta, por exemplo, alguém imagina como vai ser a legislação penal no Brasil? Faço só essa pergunta. É preciso levar em conta que, por mais deformadas e defeituosas que sejam as instituições democráticas, se é ruim com elas, pode ser muito pior com a ausência delas. É isso que eu penso.

° Mas trata-se de melhorar a qualidade delas, diminuir a influência do poder econômico. Com financiamento público, por exemplo.

Não há nenhum mecanismo no país impeditivo da melhoria dessas instituições. O poder econômico não influencia só as eleições, mas também tudo na sociedade — a imprensa, os costumes, a agenda nacional, o consumo. Ele é a mercantilização de todas as relações. É um dos triunfos do fim do socialismo, do fim da União Soviética. Foi feito para que essas relações mercantis prevalecessem sobre tudo. E eles tomaram conta da agenda.

° Qual sua avaliação do movimento Bom Senso Futebol Clube?

Tenho uma boa avaliação. Porque eles despertaram para um debate que é o próprio destino do futebol. O futebol, que é, ao mesmo tempo, paixão, fantasia, afeto dos torcedores por seus grupos, ídolos, pela seleção, e que se transformou também num negócio importante para empresários, detentores de marcas, patrocinadores e de direitos de transmissão. Tudo começou porque alguns jogadores, ou clubes, ou um grupo de atletas, submetidos a uma agenda pesada, a um calendário exigente, começaram a discutir como iam jogar cinco partidas em pouco mais de uma semana. Aí eles passaram a debater a

questão do calendário. Você tem uns que jogam 86 partidas por ano, e outros, de clubes menores, que não conseguem jogar nem 15. Porque participam de um campeonato regional, às vezes são eliminados na primeira fase e ficam fora. Uma massa de profissionais, pais de família, sem ter um ganha-pão.

É uma agenda muito interessante. O Ministério do Esporte está participando e querendo que outros atores também participem. Para que o futebol, sem perder essa condição de ser paixão e fantasia, também gere empregos, renda, tributos, cresça sua participação na economia do país. Para que o futebol brasileiro tenha participação maior na economia do futebol mundial. Essa é a parte que estamos fazendo.

° Falando em Ministério do Esporte, o que está sendo feito para valorizar mais o esporte amador no país? Existem bolsas, incentivos? Ampliando a pergunta: Como o Ministério está trabalhando as várias dimensões do esporte, seja o amador, o competitivo, seja o esporte como lazer ou ligado à saúde? Nós trabalhamos com uma agenda que é própria do ministério, com os nossos programas, e trabalhamos também com o Ministério da Educação. Estamos construindo 5 mil quadras nas escolas públicas e 265 centros de iniciação ao esporte, que são complexos capazes de acolher até 13 modalidades esportivas. Vamos dotar todos os estados de, pelo menos, uma pista oficial de atletismo. Dois terços dos estados não tinham isso. Estados grandes, como a Bahia, por exemplo, não têm uma piscina olímpica. Não têm nem condições de acolher uma competição oficial de natação. Estamos cuidando disso, fazendo, junto às universidades, principalmente a base física, porque todas elas, no plano diretor, já tinham uma área destinada à prática de esportes. Tanto as universidades federais quanto as estaduais. Estamos construindo uma rede de treinamento.

Também, ampliamos o Bolsa Atleta. Hoje, temos mais de 5 mil atletas recebendo bolsa. Difícil você ver uma competição no mundo em que o atleta brasileiro conquiste uma medalha, ou pódio, que não seja bolsista. Estabelecemos uma cooperação com o Comitê Olímpico e com as federações de todas as modalidades esportivas, para que tenhamos um calendário a cumprir até as Olimpíadas. Definimos como meta, ano passado, o 10º lugar, pelo menos, na Olimpíada de 2016, mas é preciso registrar que nas competições oficiais mundiais, na média, o Brasil tem ficado em 8º lugar em número de medalhas. Isso é um indicador de que podemos ter crescimento nessa área. Foi muito importante combinar o esporte educacional com o esporte de lazer, com o esporte de entretenimento, inclusão social e alto rendimento. Não queremos que um se dê em prejuízo do outro. Todas as modalidades são importantes. 

PRESENÇA E CREDIBILIDADE SE CONQUISTA COM O TEMPO

FENASBAC, HÁ QUASE 50 ANOS COM VOCÊ

JUNTOS
RUMO AOS
50 ANOS

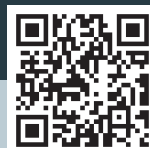
A **Fenasbac** acompanha a comunidade do **Banco Central do Brasil** há 48 anos. Isso é fruto de uma instituição sólida, com 10 filiais regionais em todas as capitais onde há representação do BC. Com sede própria no coração financeiro de Brasília, a Federação conta com moderna estrutura física, sistemas que facilitam o associado a operar produtos e serviços *online* e uma equipe de colaboradores capacitada e treinada para atender nas principais áreas de atuação: **consórcios, seguros e empréstimo pessoal**. Os associados também contam com o Instituto Fenasbac, focado em consultoria e treinamento nas áreas de **gestão corporativa, finanças e economia**.



MAIS INFORMAÇÕES: WWW.FENASBAC.COM.BR

(61) 3323 1055 0800 646 1055

SBS, Quadra 02, Bloco "A" nº 01, Ed. Casa de São Paulo
7º Andar Brasília - DF - CEP: 70.078-900



Serviço público com padrão Fifa!

SOLIDÁRIOS
COM AS
MANIFESTAÇÕES
DE JUNHO DE
2013, SERVIDORES
FEDERAIS
COLOCAM O
TIME NA RUA
E ENGROSSAM
A LUTA DA
SOCIEDADE POR
SEUS DIREITOS

Se há algo que grande parte da população brasileira já entendeu é que pode exigir seus direitos, a maioria garantidos pela Constituição, mas jamais ofertados pelos sucessivos governos democráticos. Uma reivindicação que ficou bastante clara nas manifestações que sacudiram o país em junho de 2013 — e perduraram no Rio de Janeiro até outubro — foi a de serviços públicos de qualidade. Ou seja, a seu modo, a sociedade avalizou a luta dos servidores públicos pela qualidade dos serviços, o que não é possível com funcionários descontentes com o próprio trabalho.

O que exatamente distingue a campanha salarial dos servidores este ano é o recado à sociedade de que, jogando juntos, se conquista a exigência de um serviço público “padrão Fifa”. “Muita gente critica a palavra de ordem adotada pelos servidores federais, mas, com isso, queremos apenas mostrar que, ao mesmo tempo em que atendeu a todas as exigências da Fifa — muitas delas ferrem a própria legislação do país, como é o caso da suspensão da meia-entrada e da permissão de bebidas alcoólicas nos estados —, a presidente Dilma Rousseff jogou fora o esforço do presidente Lula em favor da melhoria nos serviços, seja





sobre a Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamenta a negociação coletiva de servidores públicos e seus empregados, foi suspensa. Na reunião com 15 dirigentes sindicais, realizada após o ato, o secretário das Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, disse que, se em 20 anos essa convenção não foi regulamentada, não será agora, em ano eleitoral. Segundo Mendonça, o governo vai aguardar o desfecho de outros projetos de estabelecimento de data-base e a regulamentação do direito de greve, que tramitam no Legislativo, para decidir sobre a regulamentação da Convenção 151, que estabelece as bases de uma negociação coletiva entre governo e servidores das três esferas e dos três poderes da República. Ela é importante para recompor, em novas bases, o relacionamento do governo com o funcionalismo e alterar um comportamento recorrente de empurrar goela abaixo acordos unilaterais, como o do ano passado. Sem isso, não há melhorias visíveis do serviço público prestado à sociedade.

Mendonça nem sequer respondeu à cobrança de que algumas carreiras ficaram sem o último reajuste. Só reafirmou não querer ser repetitivo: em 2014, não haverá negociação salarial e, se houver greve, o governo vai para o enfrentamento. E fez questão de reforçar que não há no horizonte nenhuma brecha para abrir negociações, pois o governo, segundo ele, não tem margem orçamentária; no máximo, poderá refletir sobre reajuste de alguns benefícios, como vale-alimentação, diária, auxílios de transporte e creche. “Nossa convicção é outra: não estamos discutindo aumento e, sim, reposição daquilo que a inflação comeu e, se é uma questão de ordem orçamentária, temos até o dia 30 de agosto para negociá-la”, reagiu Daro Piffer.

Muito mais do que discutir o necessário reajuste, os servidores entram em

através de concursos públicos, melhores condições de trabalho ou mesmo pela recuperação salarial do funcionalismo”, revela Daro Piffer, presidente do Sinal.

Descontentes com o tratamento que estão recebendo do governo, servidores atuais e recém aprovados no concurso do BC participaram do ato realizado no dia 19 de março, em frente a um dos prédios dos edifícios do Ministério do Planejamento, pedindo reajuste salarial de 26,7%, apenas para recompor uma inflação que corrói o poder de compra desde 2008. “O governo insiste em que há um acordo em andamento de reajuste de 15% em três parcelas, negociado em 2013. Para nós, nada

impede que ele seja repactuado, mesmo porque uma das partes o descumpriu: o governo. A inflação, até o fim deste ano, é maior do que os 5% de reajuste que o funcionalismo vai receber”, explica Eduardo Stalin, diretor de estudos técnicos do Sinal. Quase duas dezenas de entidades sindicais, nelas incluídas representantes dos fóruns regionais, também estiveram presentes ao ato contra a política de arrocho do governo atual.

NEGOCIAÇÕES SUSPENSAS

Todos reconhecem que 2014 é um ano difícil, devido ao calendário eleitoral. Até mesmo qualquer discussão

campo, colocando o bloco na rua, para criar um vínculo com a sociedade na defesa dos seus direitos. É antiga, por exemplo, a luta dos funcionários do BC pela regulamentação do artigo 192 do sistema financeiro nacional. Essa discussão, hoje, parece esquecida, mas eles têm a convicção de



que o Brasil precisa de um sistema financeiro estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade e a proteção ao consumidor, e não só remeta lucro para os banqueiros. “O BC está completando 50 anos. Nos últimos anos, depois que Alexandre Tombini assumiu a presidência, a instituição melhorou. Ela busca fiscalizar os bancos, para evitar riscos sistêmicos, mas também procura estar mais atenta ao relacionamento dos bancos com seus clientes, tanto que criou uma diretoria específica para isso”, disse Daro, acrescentando, porém, que interessa aos servidores do BC que a instituição tem de ser mais proativa nessa regulação. “Temos de ter um sistema financeiro direcionado à proteção dos direitos do cidadão.”

Outros sindicatos, na tentativa de sintonizar seus anseios com os da população, também vêm desencadeando campanhas em defesa da sociedade. O Sindifisco, por exemplo, que reúne os auditores -fiscais da Receita Federal,

aliou-se à campanha da OAB Nacional pelo Imposto Justo e na defesa da correção da tabela do IR. “Se quisermos uma sociedade menos desigual, temos de passar por uma reforma tributária verdadeira”, defendeu Pedro Delarue, ex-presidente do Sindifisco.

Diante desta situação, as entidades se preparam para o embate. A federação Nacional Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) defende uma greve unificada, a partir de 29 de abril. Outros setores já discutem um calendário de paralisação, como a Condsef (representa carreiras do Executivo) e o Sinasefe (técnicos e professores dos institutos federais), que também apontam greve para abril. A Fasubra (técnicos administrativos das universidades públicas) está em greve desde o dia 17 de março e já conta com a adesão de 23 sindicatos, que representam mais da metade das entidades filiadas, com previsão que esse número chegue a 30. ✓



POR UM CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO EFICAZ

EDIL BATISTA JUNIOR

Alguns artigos veiculados na edição nº 43 da revista *Por Sinal* (dezembro/2013) — A luta continua; A cultura do litígio e Os 25 anos da Constituição de 88 — Um imenso Portugal — propuseram reflexões sobre temas que são caros para a sociedade brasileira: o problema da lentidão da Justiça, sobretudo nas causas em que o Estado figura como réu, e a necessidade de se efetivarem direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal de 1988. Partindo do pressuposto de que o direito a um processo célere está formalmente previsto em nossa Carta Magna, que aponta, em seu artigo 5º, inciso LXXVIII, que a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, a experiência cotidiana demonstra quão distante estamos da concretização dessa promessa constitucional.

Jamais devemos perder de vista que o objetivo primordial do processo judicial é a realização da justiça. Seja pela satisfação da pretensão do autor, seja pela concessão ao réu da necessária defesa contra uma ilegítima violação de seu direito. Mas, como bem observou Ruy Barbosa em sua Oração aos Moços, justiça tardia não é justiça. Assim, a finalidade do processo resta invariavelmente frustrada todas as vezes que a lentidão do Judiciário ou a desmedida beligerância da Administração Pública não permite a realização de uma jurisdição efetiva. É fato que esse não é um fenômeno exclusivo do Brasil, mas entre nós a situação é crítica, principalmente quando constatado, por exemplo, que o maior litigante em nossa Corte Suprema é o próprio Estado. Essa situação clama, portanto, por mudanças.

Uma das saídas para aliviar o gargalo judicial e possibilitar a efetivação de direitos seria a adoção, pelo

ordenamento brasileiro, de um modelo de jurisdição há muito praticado pelas nações europeias economicamente desenvolvidas (v.g. Alemanha e França). Trata-se do processo contencioso administrativo, isto é, uma espécie de processo no qual a Administração Pública é parte interessada, e que tem como consequência sua destinação para tribunais especializados. Essa prática aliviará de forma considerável a Justiça Comum, possibilitando à população celeridade na apreciação dos processos que envolvem assuntos diversos, como, por exemplo, a relação de consumo, bem como agilizará os feitos envolvendo os interesses do Estado, em função da profissionalização do aparato humano nos tribunais administrativos. Para tanto, contudo, é necessário mais do que uma mera mudança de atitude. É preciso mudar a estrutura do Poder Judiciário. E é aí que a situação se complica.

No Brasil, vigora o princípio da unidade de jurisdição. Significa dizer que a atividade jurisdicional é monopólio do Poder Judiciário, embora o processo não o seja. Tanto que a Administração Pública atua mediante procedimentos administrativos, embora não exerça a jurisdição no sentido técnico do termo. A Constituição Federal de 1967 ainda chegou a prever o contencioso administrativo para as hipóteses das relações de trabalho entre a União e seus servidores, além das questões financeiras, previdenciárias e relativas a acidentes de trabalho. Esse contencioso nem sequer chegou a ser instituído, uma vez que aquela própria Constituição adotou o princípio da unidade de jurisdição.

O contencioso administrativo teve origem na França, a partir da reação dos particulares contra os atos abusivos do Parlamento, após a Revolução de 1789. Uma vez que

a nova estrutura do Estado, concebida no conceito da separação dos poderes, não admitia que a tarefa de julgar questões contenciosas da Administração fosse delegada a um outro poder, a Assembleia francesa rejeitou a proposta de se confiar tal tarefa aos tribunais comuns, e, em 1790, instituiu os primeiros tribunais administrativos. Foi o surgimento do que se denominou *administration-juge*. Posteriormente, foi criada uma Administração consultiva ao lado da Administração ativa. Em 1799, a França criou o Conselho de Estado, como órgão consultivo do chefe de Estado, com competência para emissão de pareceres opinativos sobre questões contenciosas; era a instituição da chamada *justice retenue*.

O sistema de *justice retenue* evoluiu para o de *justice déléguée* a partir da progressão do Conselho de Estado, que foi adquirindo relativa autonomia em relação à Administração ativa. Foi dessa forma que, a partir de 1872, o Conselho de Estado passou a decidir sem a necessidade de homologação ministerial acerca das questões litigiosas de natureza administrativa. Reconheceu-se uma prática que, na verdade, funcionava desde 1848, e instituiu-se, assim, a separação entre a Administração ativa e a Administração consultiva, que assumiu a natureza de jurisdição contenciosa administrativa. Esse sistema foi aperfeiçoado em 1953, com a criação dos tribunais administrativos regionais em substituição aos vetustos Conselhos de Prefeitura, e exportado para o restante da Europa. A constitucionalização do tema decorreu da valorização da dimensão processual dos direitos humanos fundamentais.

A justiça administrativa está baseada no anseio por uma plenitude da tutela jurisdicional alinhada à ideia do processo equitativo, isto é, um processo efetivamente justo. E não se pode falar em processo equitativo nas hipóteses em que não há a garantia da execução dos julgados, bem como naquelas em que inexiste processo célere. Inicialmente compreendido como direito à solução do mérito, o princípio da tutela jurisdicional efetiva evoluiu e foi consagrado no art. 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem — CEDH (praticamente repetido no art. 47º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia), encontrando-se na base das tradições constitucionais comuns aos Estados-membros. Ele passou a compreender três momentos distintos: a) o acesso à justiça; b) a dedução da pretensão e a sua resolução pelos tribunais em um prazo razoável; c) a plena eficácia da decisão obtida.

Essa nova compreensão do processo equitativo



Nomodelobrasileiro,écomum
ocidadãovencerademandas,
ter seu crédito inscrito em
precatório eoEntePúblico não
pagar ou tomar qualquer
providência. E há
jurisprudência pacificada no
sentido de que o
descumprimento da ordem
judicial não constitui, só por si,
motivo de intervenção no
respectivo Ente.

revela, portanto, que, da mesma forma que é imprescindível que haja mecanismos processuais adequados à obtenção da declaração do direito, é necessário que existam mecanismos orientados a concretizar, no plano prático, o que foi imperativamente declarado. A esse respeito, deve-se ressaltar que, desde 1971, com o acórdão proferido no Caso Rigeisen, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem vem afirmando que a aplicabilidade do referido art. 6º da CEDH não está na dependência do tipo de jurisdição, nem da natureza da lei que rege a questão, nem da qualidade pública ou privada das partes, mas, sim, da natureza material da questão. Tanto que decidiu, no processo König c. Allemagne (de 28 de junho de 1978 — Plenária), que a duração prolongada de um processo diante de um tribunal administrativo impôs ao particular uma inquietude permanente que lhe causou prejuízo moral, restando condenada a Alemanha, por unanimidade, a uma multa de 30 mil marcos. Nunca é demais recordar que, na experiência brasileira, quando

o Estado vence a demanda, a execução do julgado tem uma dinâmica diversa daquela em que o Estado sucumbe.

Até o início dos anos 2000, Portugal vivia uma realidade parecida com a atual brasileira, mas o problema foi solucionado. Alinhando-se aos países desenvolvidos, em 2002, foi adotado o Código Processual dos Tribunais Administrativos, que introduziu ampla reformulação no processo executivo na jurisdição do contencioso administrativo lusitano, com vistas a dar efetividade ao princípio da plena jurisdição. Com base nesse novo código, as Cortes portuguesas passaram a controlar a execução dos julgados, permitindo, entre outros aspectos: reagir à inércia da Administração, por meio de providências necessárias à efetivação do julgado; declarar a nulidade de atos desconformes com a sentença e anular os atos que, sem fundamento, mantivessem válida a situação ilegal; aplicar à Administração sanções compulsórias etc.

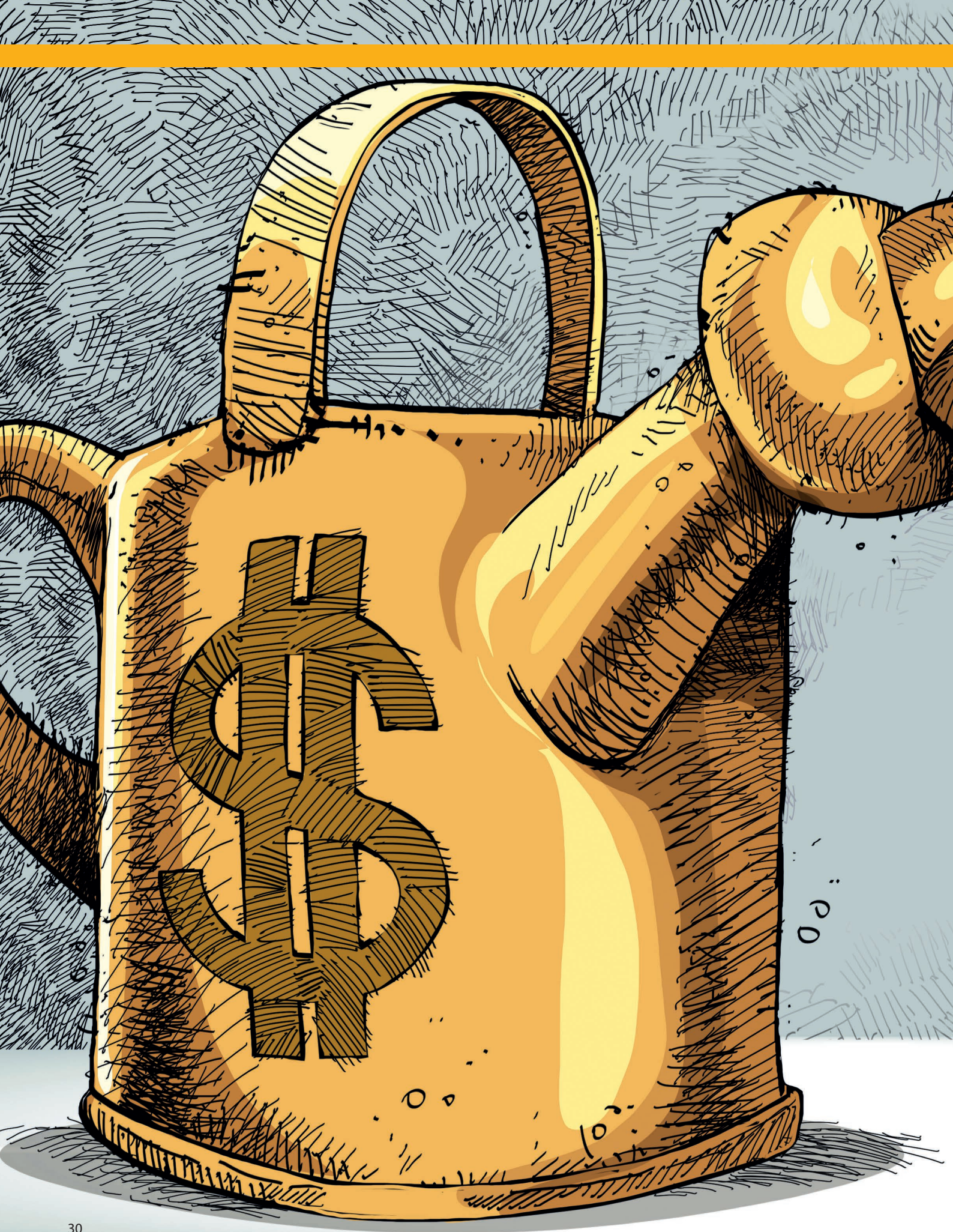
Um dispositivo que revolucionou a relação cidadão português x Administração Pública foi a adoção do princípio da espontaneidade da execução, segundo o qual executar a ordem recebida do Tribunal Administrativo passou a ser dever oficial da entidade pública contra quem é proferida a sentença. Em outras palavras, a execução já não depende de qualquer pedido administrativo que a parte vencedora no processo declarativo deva dirigir à parte vencida. No caso brasileiro, depois de anos discutindo o direito material, as partes esperam outros tantos anos para executar a sentença proferida, em um processo que, praticamente, começa do zero, inclusive no que diz respeito ao pagamento das custas. Sim, o leão é feroz. Além disso, o procedimento adotado pelo CPTA lusitano para a execução de pagamento de quantia certa nem sequer admite a invocação de causa legítima para sua inexecução. A oposição à execução deve ser baseada exclusivamente na invocação de fato superveniente, modificativo ou extintivo da obrigação do Estado. Nem mesmo a ausência de meios financeiros constitui causa legítima de inexecução.

No modelo brasileiro, é comum o cidadão vencer a demanda, ter seu crédito inscrito em precatório e o Ente Público não pagar ou tomar qualquer providência. E há jurisprudência pacificada no sentido de que o descumprimento da ordem judicial não constitui, só por si, motivo de intervenção no respectivo Ente. Em Portugal, com a adoção do CPTA, inexistindo recurso para satisfazer o crédito reconhecido no título executado, hoje é possível ao exequente a adoção de duas medidas: a) requerer a decretação de sua

compensação com eventuais dívidas com o Ente público, situação na qual a pronúncia do Tribunal valerá como título de pagamento; b) requerer seja oficiado ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, para que este substitua a entidade faltosa e emita uma ordem de pagamento por conta de uma dotação criada para esse fim. Inexistindo verba suficiente à disposição desse Conselho Superior, podem ser solicitados créditos extraordinários ao Conselho da República e ao primeiro-ministro, ou, a critério do interessado, pode ter lugar o processo de execução mediante a penhora e a venda de bens da Administração, na forma regulada pelo Código de Processo Civil. É o princípio da isonomia de procedimento, impensável no Brasil, onde vigora a tese da impenhorabilidade dos bens públicos. No novo regime estabelecido pelo CPTA, a sentença deve ser cumprida voluntariamente pela Administração no prazo de três meses, findos os quais é facultado ao interessado fazer valer o seu direito à execução perante o Tribunal que tenha proferido a decisão em primeiro grau de jurisdição, mediante simples requerimento, isto é, sem que haja a necessidade do contraditório, que demanda tempo e dilação probatória.

A superação do atual regime processual pelo Brasil, onde a tutela executiva é lenta e conturbada, não é uma opção: é uma necessidade. A adoção do modelo de jurisdição administrativa europeia densificaria o ideal da efetividade da Justiça e colocaria o país na vanguarda latino-americana, ao eleger por missão primordial a garantia da efetivação dos direitos fundamentais em todas as suas dimensões. É papel do Estado democrático proporcionar aos cidadãos, de forma crescente, o acesso a uma justiça plena. Por outro lado, é sabido que, para a burocracia estatal, de nada interessa um sistema judicial eficaz, pronto a repreender-lhe os desmandos e excessos. É certo que, mesmo na Europa, não se vive o paraíso do contencioso administrativo. Por outro lado, em boa parte daquele continente, também já não queimam as chamas do inferno das teses da insindiciabilidade dos atos administrativos e da intocabilidade da Administração. E, convenhamos, diante de nosso cenário jurídico-administrativo, qualquer tentativa de mudança para melhor seria muito bem-vinda. ■

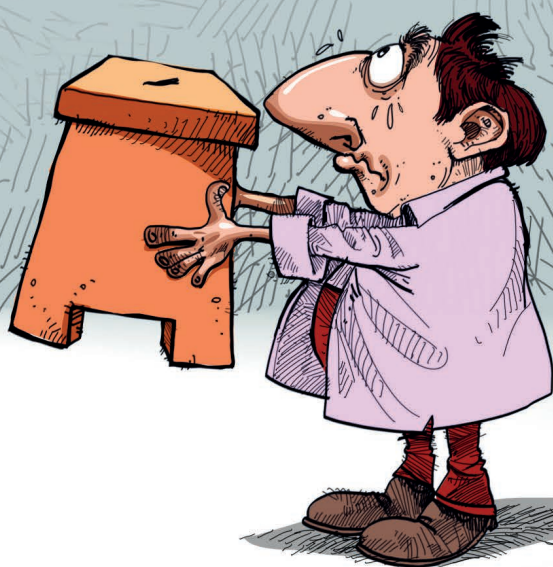
(*)DoutoremDireitopelaUniversidadeFederaldePernambuco e conselheiro da revista Por Sinal



Nova agenda para a sociedade

CAMPANHA CÍVICA, BATIZADA DE COALIZÃO DEMOCRÁTICA, CRIA FRENTE SUPRAPARTIDÁRIA EM DEFESA DE UMA REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E DE ELEIÇÕES LIMPAS

ROSANE DE SOUZA



Na apresentação do livro “Cidades rebeldes — Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, da Boitempo Editorial, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik chama de terremoto as manifestações que “perturbaram a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, trazendo à tona uma série de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos”. Para diversos estudiosos da realidade brasileira, uma das grandes contradições foi expressa de forma clara pelos manifestantes, a maioria jovens que protestavam nas ruas pela primeira vez, ainda que de forma pouco articulada: o abismo entre os governos, partidos políticos e a sociedade.

Pesquisa realizada pelo jornal Folha de S.Paulo apontou o tamanho da distância: 84% dos que protestavam em São Paulo não tinham qualquer preferência partidária. Isso ficou claro em muitos atos, nos quais os que empunhavam bandeiras de partidos, mesmo de esquerda, foram, em geral, escoraçados. Para grande parte das entidades brasileiras ativas na luta pela redemocratização do país, as manifestações ocorridas em várias cidades, em junho de 2013, expuseram, de forma dura, a crise de representação e o esvaziamento da política, assim como a consequente necessidade de construção de um novo sistema político, mais identificado com a população.

Com base nesse diagnóstico, mais de 60 entidades resolveram se aliar à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Nacional) e à CNBB, com o objetivo de criar uma frente suprapartidária em defesa de uma reforma política democrática e de eleições limpas. Essa ação conjunta foi iniciada com a aprovação de um manifesto da sociedade civil por uma reforma política democrática e em prol de um projeto de lei de iniciativa popular.

FINANCIAMENTO PRIVADO NO STF

Já em curso, a campanha cívica, unificada em torno da efetivação imediata da reforma política e de eleições limpas, batizada de Coalizão Democrática, reúne centrais sindicais, conselhos de categorias, igrejas evangélicas e católicas e diversos movimentos da sociedade civil e já obteve 161 assinaturas de parlamentares simpáticos à causa. Outra providência do grupo foi a entrada, no Supremo Tribunal Federal (STF), de uma ação direta de inconstitucionalidade do financiamento de campanhas pelas empresas, considerado a raiz da corrupção existente nos meios políticos brasileiros. Os quatro votos de ministros do STF favoráveis a essa declaração foram uma clara demonstração, para o grupo, de que é possível cortar esse mal pela raiz, uma vez que viabilizou o voto decisivo de mais dois deles. Seis votos são suficientes para proibir sua continuidade.

Aldo Arantes, ex-parlamentar, dirigente do PCdoB e hoje secretário da Comissão Especial de Mobilização para a Reforma Política da OAB, está convicto de que a possibilidade de o STF aprovar a inconstitucionalidade do financiamento de empresas coloca a reforma política no centro dos debates do próximo ano e durante as eleições. Ele revela que de 95% a 97% do volume total de recursos contabilizados em campanhas políticas são de empresas. A contribuição de pessoas físicas é insignificante. Isso, na avaliação de Arantes, mostra como o poder econômico detém em suas mãos também o poder político. “O projeto de reforma política que defendemos acaba com o financiamento privado de campanhas, o principal fator do distanciamento dos políticos da sociedade. Aprovado, as campanhas políticas só terão financiamento público e de pessoas físicas, cujo teto de contribuição não pode ultrapassar R\$ 700.”

As entidades reunidas na Coalizão Democrática também defendem as



O sistema político é falho, não tem mecanismos de controle da sociedade civil.

LUÍZA ERUNDINA
DEPUTADA FEDERAL PSB/SP

eleições dos parlamentares por um sistema proporcional e em dois turnos, o que, na avaliação dos autores da proposta de lei, vai elevar o patamar de discussão política nas eleições e beneficiar a coligação de partidos em torno de identidades de princípios e ideológica. “No primeiro turno, os partidos só apresentarão propostas, programas e uma lista partidária de candidatos, o que, acreditamos, fará com que os partidos consolidem sua identidade, que as pessoas votem em ideias, e não em nomes, e impedirá a eleição de candidatos em função da grana. Só no segundo turno, os eleitores votarão nos candidatos de sua escolha”, explica Arantes, para quem os partidos de aluguel não terão chances de sobreviver com o sistema de eleições em dois turnos. Esse seria também um golpe mortal na sub-representação política de uma minoria de parlamentares — apenas 9% do Congresso Nacional —, mas que, por força do dinheiro, acaba tendo papel de destaque na economia, na cultura e na educação. Outras questões em pauta no projeto são a paridade na definição de gênero na lista partidária e o fortalecimento dos mecanismos da democracia direta, como plebiscito e referendo, pouco usados no Brasil. “Nós propomos que as

grandes questões sejam objetos de consulta obrigatória à população”, disse.

DISPUTA MENOS DESIGUAL

Chico Oliveira, mestre e professor emérito da USP, acredita que o financiamento público de campanhas romperia um pouco o círculo vicioso da corrupção e ajudaria os partidos menores a disputar o voto popular de forma menos desigual. Mas é cético quanto à aprovação de uma reforma política sem uma grande mobilização. É o que a Coalizão Democrática pretende construir, através de um plano de mobilização das entidades para implantar a frente suprapartidária em todo o país e, com isso, ampliar o número de assinaturas favoráveis ao projeto de reforma política de iniciativa popular. “Acreditamos que só com uma forte pressão da sociedade teremos chances de aprovar esse projeto de reforma política. Isso só será possível se conseguirmos criar um elo entre as nossas propostas e as aspirações das ruas”, concorda Aldo Arantes. Ele espera que, até o fim de abril ou início de maio, a Coalizão Democrática consiga repetir a experiência exitosa da campanha pelas Diretas-já, de exibir painéis com os nomes dos parlamentares favoráveis ou contra o estabelecimento de um novo sistema político no Brasil. “Nós já temos o apoio de 161 parlamentares, mas queremos um pouco mais: que assumam o compromisso de votar em um projeto popular que altere a forma de fazer política no país”, finalizou.

A deputada federal pelo PSB de São Paulo e coordenadora da Frente Parlamentar Mista com Participação Popular pela Reforma Política, Luiza Erundina, também acredita ser necessário alterar o sistema político brasileiro, cujas distorções e imperfeições comprometem a própria democracia. “O sistema político é falho, não tem mecanismos de controle da sociedade civil, e os mandatos são conquistados sem nenhum compromisso

PROPOSTA DA COALIZÃO PARA ELEIÇÕES LIMPAS

1. Eleições proporcionais em dois turnos e a paridade de gênero nas listas partidárias para fortalecer os partidos políticos e propiciar a discussão política em torno de ideias. Reserva aos eleitores, no segundo turno, a última palavra na escolha dos candidatos. Essa alternativa reduz bastante o custo das campanhas e permite maior fiscalização do processo eleitoral.
2. Financiamento democrático de campanhas, que inclui o financiamento público e o financiamento de pessoas físicas, limitado a R\$ 700, não podendo este último ultrapassar 40% da contribuição pública.
3. Fortalecimento dos mecanismos da democracia direta, tais como plebiscito, referendo e projeto de iniciativa popular.

ou forma de vincular o representante ao representado”, afirma. Segundo ela, nenhum partido até agora assumiu publicamente sua posição sobre o assunto. O que existe são posições pessoais de alguns parlamentares. Não há sequer posições de bancadas partidárias. “Quem pode fazer a reforma são os beneficiários do atual sistema, que não querem saber de mudanças, porque elas podem significar não serem eleitos. Mas só uma reforma estrutural é capaz de mudar as distorções e as imperfeições do atual sistema”, enfatiza.

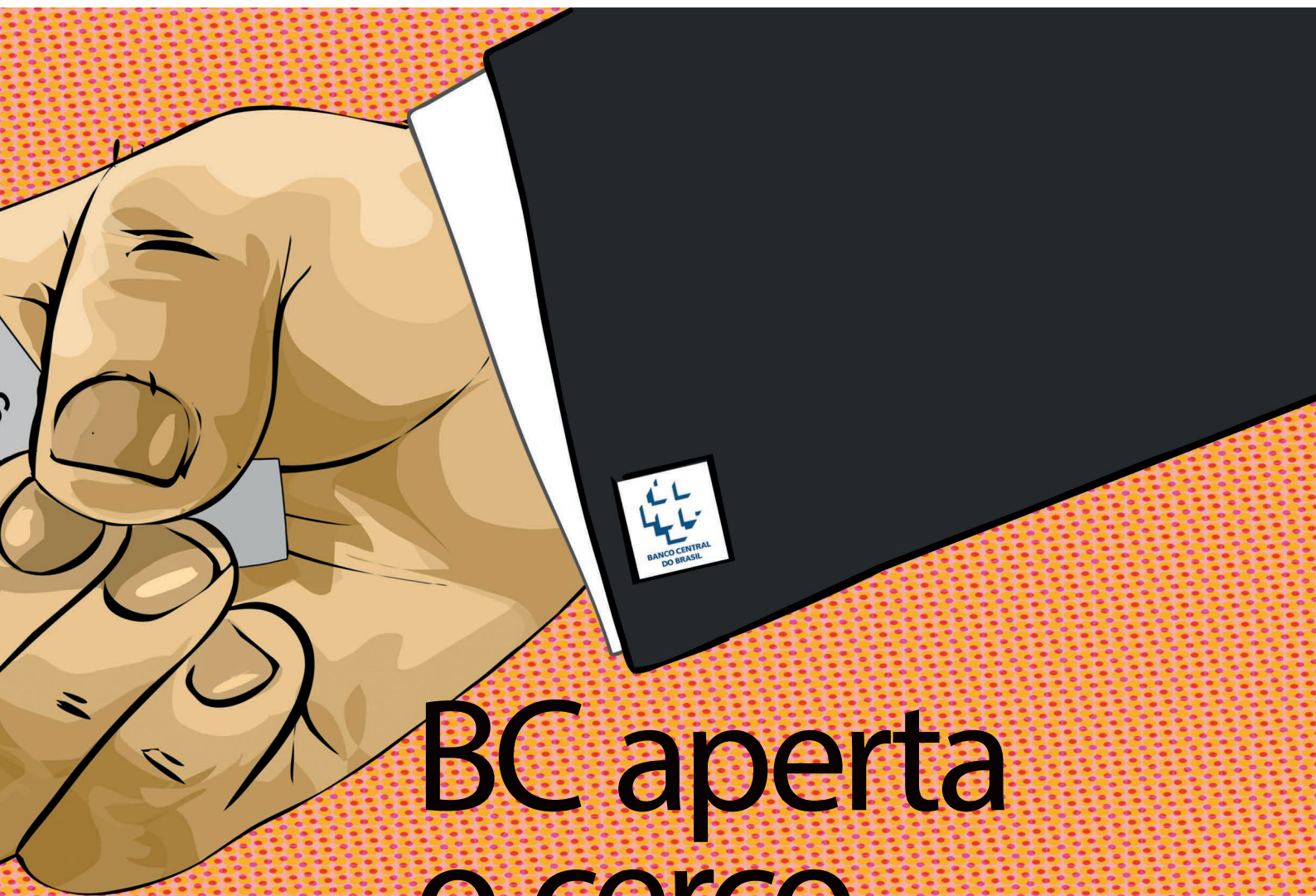
O PESO DO PODER ECONÔMICO

O financiamento de campanhas cresceu assustadoramente: de R\$ 827 milhões, em 2002, para R\$ 4,9 bilhões, em 2010, de acordo com o ex-deputado Aldo Arantes. Em 2008, o financiamento por empresas representou 86% do total; em 2012, subiu para 95,1%. A legislação permite que empresas contribuam com 2% dos seus rendimentos brutos no ano anterior à eleição. O Grupo Odebrecht, por exemplo, poderia contribuir com R\$ 1,688 bilhão em 2013, já que obteve rendimentos brutos de

R\$ 84,431 bilhões em 2012. A lei também permite que pessoas físicas façam doações de até 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior ao da eleição. No caso, o banqueiro Jorge Lemann, que em 2013 teve um rendimento de R\$ 13,336 bilhões, poderia contribuir com R\$ 1,336 bilhão.

O financiamento das eleições pelas empresas é proibido em 36 países, a exemplo do Canadá, México, Bélgica, Grécia, Israel e França. É o que a Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, que foi construída em torno de um projeto que tramita na Câmara dos Deputados, deseja. Compõem a Coalizão a OAB, a CNBB, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a Plataforma pela Reforma Política dos Movimentos Sociais, UNE, CUT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), União de Vereadores do Brasil (UVB), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), além de outras 50 entidades representativas da sociedade brasileira. 





BC aperta o cerco aos bancos

NOVA DIRETORIA APOSTA NA TRANSPARÊNCIA
PARA COIBIR DESRESPEITO AOS DIREITOS DOS
CORRENTISTAS

A defesa do consumidor bancário acaba de ganhar três reforços importantes. A Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania (Direc) do Banco Central decidiu, em seu portal na internet, dar mais visibilidade às instituições financeiras que insistem em desrespeitar os direitos dos correntistas e lideram o ranking de queixas que chegam ao Banco. Em dezembro passado, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu que os correspondentes bancários serão remunerados a partir de 2015 principalmente pelo tempo em que o contratante permanecer com o financiamento, e não mais pelo pagamento de toda a comissão na hora de fechamento do contrato. Também foram feitas alterações nas regras de portabilidade bancária para estimular a concorrência e ajudar a formação dos preços dos serviços prestados pelos bancos.

As regras que ainda estão em vigor seriam um estímulo para que os chamados “pastinhas” induzissem aposentados e pensionistas a contrair crédito consignado em um banco e depois convencê-los a mudar de instituição, em troca da repactuação de mais dinheiro, o chamado troco, valendo-se da portabilidade bancária (ver Por Sinal 42).

RANQUEAMENTO DAS QUEIXAS

Em fevereiro, o líder do ranking de queixas dos bancos com mais de 1 milhão de clientes foi o Santander, com índice de reclamações igual a 1,86 (número de reclamações dividido pelo número de clientes e multiplicado por 100000), referente às 431 queixas recebidas pelo Banco Central consideradas procedentes, em relação à base de 23,1 milhões de clientes da instituição. O maior volume de reclamações ficou com a Caixa Econômica Federal, que ocupa o quarto lugar, com índice de 1,27, por causa das 702 denúncias

procedentes que recebeu dos seus 55,06 milhões de correntistas. HSBC, Banrisul e Bradesco também estão entre os cinco mais no que se refere ao descumprimento dos direitos do cidadão.

Das 431 queixas feitas contra o Santander, 97 referem-se a débitos não autorizados. Em segundo lugar, com 70 reclamações, ficou a prestação de serviço irregular da conta-salário. O banco teria cobrado, ainda, taxas irregulares por serviços não contratados e desrespeitado o horário de funcionamento. No HSBC, segunda colocação, com 98 queixas para 5,8 milhões de correntistas, as maiores reclamações ficaram por conta de débitos não autorizados, prestação de serviço irregular na conta-salário e restrições aos canais de atendimento convencionais. Terceiro no ranking, com 33 reclamações em um universo de 2,3 milhões de clientes, o que deu à instituição índice 1,42, o Banrisul também foi acusado de irregularidades na prestação de serviço da conta-salário, e teria concedido crédito consignado com ausência de documentos ou documentação falsa. Cento e vinte e quatro das 702 queixas registradas contra a Caixa dizem respeito ao descumprimento de prazo para atender à Circular 3.289, que trata de esclarecimentos incompletos ou incorretos. Na quinta posição, com 380 queixas consideradas procedentes de seus 34,9 milhões de correntistas, o que garantiu à instituição o índice negativo de 1,08, o Bradesco errou nada menos de 71 vezes no cumprimento da Circular 3.289 e 63 vezes na concessão de débitos não autorizados.

“A transparência é oportuna. As instituições financeiras continuam descumprindo as resoluções do Banco Central. Os consumidores têm acesso hoje a um maior número de canais de reclamações — muitas das que chegam ao BC são as mesmas que coletamos

nas nossas pesquisas, mas o processo depende do aprimoramento contínuo das normas e de rigor maior na fiscalização. Os bancos alternam as primeiras posições nas queixas dos consumidores com os planos de saúde e o sistema de telefonia do país. Os funcionários são pressionados por metas e descumprem as normas. As instituições financeiras nem sequer avisam os clientes de que desde fevereiro deste ano são obrigados a fornecer o extrato das tarifas cobradas no ano passado”, diz Ione Amorim, economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Os critérios para a composição do ranking estão sob revisão, de modo a representar de maneira mais fidedigna a base de clientes, incluindo clientes com operações de depósito e de crédito, via bases de dados do SCR e do CCS.

DE OLHO NOS “PASTINHAS”

As regras que disciplinam a portabilidade bancária e estabelecem um novo processo de remuneração dos correspondentes bancários visam estimular um processo saudável de crédito.

O voto do Banco Central no CMN, que definiu as mudanças, estipula que os correspondentes bancários no país deverão receber, a partir do ano que vem, até 6% de sua remuneração no fechamento do contrato, enquanto o restante será pago a ele pelo banco responsável pelo empréstimo em parcelas iguais, à medida que for efetivada a liquidação do financiamento. Se o crédito for quitado antecipadamente, a remuneração do correspondente cai, o que deverá aproximar a figura do correspondente ao do corretor de seguros, que acompanha mais de perto o cliente ao longo da duração do contrato, e diminuir a renovação excessiva de empréstimos, que acabam onerando os tomadores, pois a cada renovação o “pastinha” ganha

comissão. Paralelamente a essa regra, o BC apresentou ao CMN voto para normalizar procedimentos e prazos para a migração de crédito — a portabilidade. Se o devedor encontrar uma oportunidade de crédito melhor em outra instituição financeira, poderá pedir a transferência integral da dívida. A mudança deverá ser cumprida em até cinco dias úteis. Nesse período, o banco que fez o primeiro empréstimo poderá fazer uma contraoferta, para cobrir aquela que atraiu seu cliente. A cobrança de taxas por essa migração já era vedada desde 2006.

“Tanto a portabilidade como os correspondentes bancários são instrumentos muito importantes na política de crédito, mas a portabilidade bancária, na prática, não estava se revelando o grande instrumento de fomento da concorrência dos bancos e formação dos preços, e a atuação dos correspondentes acabava estimulando a troca de instituições mais pelo processo de pagamento das comissões do que pelo benefício ao cliente”, explica Sergio Odilon dos Anjos, chefe do Departamento de Regulação do Banco Central.

Com as duas medidas, o Banco Central quer melhorar a qualidade da concorrência entre os correspondentes bancários, que miram a oferta de crédito excessiva ou a tomada de clientes dos concorrentes em busca de remuneração própria, e deixar mais simples a migração de dívida de um banco para outro. Para o Banco, com base em conversas com a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor e o Ministério Público e demandas em sua própria ouvidoria, a atuação dos “pastinhas” pode levar a um endividamento excessivo da população brasileira. Já a nova regra de portabilidade veda que se mude qualquer outra característica do contrato que não a taxa de juros — não vale modificar o prazo, por exemplo, como era comum na

portabilidade de consignado, que vem desacelerando nos últimos anos e, em 2013, avançou 17,5% no acumulado de 12 meses, ante os 18,5% de crescimento no mesmo período de 2012. Conforme a modalidade perde ritmo, a competição tende a se acirrar. A previsão dos bancos é que o consignado vai continuar crescendo, mas a taxas decrescentes.

A SAÚDE DO MERCADO DE CRÉDITO

O objetivo das novas regras é criar melhores condições de ordenamento do mercado de crédito, principalmente pela importância do consignado e do crédito de automóveis. “Correspondentes são um modelo de sucesso de referência internacional, porque temos todos os municípios brasileiros cobertos por bancos ou correspondentes, mas havia a necessidade de um disciplinamento melhor da atividade. É na origem da concessão do crédito que se pode evitar o superendividamento da população”, alerta Sergio Odilon dos Anjos.

“A prestação de serviços com qualidade é uma preocupação central dos bancos associados da Federação Brasileira de Bancos. Esse objetivo vem sendo perseguido pelas instituições financeiras, que estão constantemente atentas para evitar problemas relacionados à venda de produtos. Trabalhamos na melhoria da oferta e contratação de crédito consignado visando combater problemas registrados nos órgãos de defesa do consumidor. Vale observar que, em sua maioria, os problemas relacionados a essa modalidade de operação têm sido associados à atuação dos agentes que oferecem esse tipo de contratação”, informa nota da Febraban.

“Sabíamos que algo viria, justamente pela incapacidade de auto-organização do mercado financeiro, algo impossível em um cenário onde todos esperam levar vantagem e, paradoxalmente, todos se acham prejudicados e, ao mesmo

tempo, todos adotam práticas, digamos, questionáveis. O Banco Central sempre procurou nos envolver nas discussões e, para isso, desenvolvemos vários modelos econômicos no sentido de suportar o processo decisório. Nossa proposta dava ênfase a um modelo transitório de mais longo prazo. Sempre fomos favoráveis à adoção de regras mais rígidas, medidas contentoras de abusos contra o consumidor e que favoreçam a segurança do sistema. Ocorre que, na prática, muitas medidas não são economicamente viáveis e podem sacrificar uma parte significativa do segmento de correspondentes, já que 100% das despesas de custeio da atividade ocorrem à vista, e receber os recursos ao longo do prazo da operação pode ser tecnicamente correto, mas economicamente pouco viável. Temos dez meses para debruçar sobre soluções”, diz Edison João da Costa, presidente da Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (Aneps), que, em parceria com o Instituto Totum, promove provas de certificação de correspondentes e promotores de crédito.

O chefe do Departamento de Regulação do BC está confiante. Para ele, as regras agora dão ao banco “a oportunidade de oferecer uma nova operação ao cliente. Já a nova forma de remuneração não foi feita para retirar o correspondente do processo, mas para dar segurança ao banco, ao correspondente e ao cliente. As duas medidas buscam estimular o processo saudável do crédito.”

Visite o novo Portal Sinal



SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

ÁREA DOS FILIADOS

REGIONAIS DO SINAL

O Sinal | Serviços | Jurídico | PASBC | Notícias | Publicações | Eventos | Fique por dentro | Contato

Buscar

2ª feira, 9 de setembro de 2013

EM DESTAQUE



HISTÓRICO

25 anos

EM PAUTA



Histórico do Sinal



Acesse a versão anterior do portal



Consulta Valores
28,86%

Valores preliminares da ação de reajuste



Sinal defende Paridade na PEC 147

PASBC

Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central



Saúde BC

Você terá acesso à consulta dos prestadores de serviços credenciados do Programa de Saúde dos Servidores do Banco Central - PASBC. Você pode também pesquisar com o nome ou parte do nome do prestador, com o município ou o bairro onde você deseja o atendimento.

PUBLICAÇÕES



INFLAÇÃO EM RITMO ELEITORAL



Outras publicações:

- Apito Brasil
- Apito Carioca
- Sinal PE
- Boca Paulista
- Apito Brasil QVT
- Sinal Aberto
- Sinal-DF Informa
- Sinal DASGERAIS
- PASBC Expresso

APITO BRASIL

Edição 108 - 4/9/2013

Servidores protestam contra corte de despesas no Banco Central

Edição 107 - 3/9/2013

A aposentadoria é um direito inalienável do servidor

JURÍDICO



- SUAS AÇÕES
- AÇÕES DO SINAL
- NOTÍCIAS
- PERGUNTAS FREQUENTES
- LEGISLAÇÃO

FILIE-SE AO SINAL

Venha fazer parte desta história.

CLIQUE AQUI !

O Sinal | Serviços | Jurídico | PASBC | Notícias | Publicações | Eventos | Fique por dentro | Contato

Expandir o Mapa do Site



SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central

Desenvolvimento

www.sinal.org.br

IBGE:PONTOELETRÔNICOOU “TAYLORISMO DIGITAL”?

MIGUEL A. P. BRUNO (2)

Em um sistema de produção baseado nas novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), que permitem justamente flexibilizar os processos de produção e de trabalho, o controle deve ser efetuado principalmente por resultados. A frequência conta menos do que os resultados alcançados por funcionário ou equipe (e isto é particularmente muito claro para nós, na ENCE, em razão da avaliação da Capes). O “taylorismo digital” constitui uma das modalidades do neotaylorismo que, em sua origem histórica, foi desenvolvido para controlar o tempo de trabalho dos operários, para extrair-lhes o máximo de excedente econômico com o menor custo para a organização.

Preocupações com a liberdade de criar, com o estresse ou a saúde do trabalhador não são levadas em conta. Todavia, essas práticas gerenciais adaptavam-se às características das antigas bases técnicas produtivas fordistas (taylorismo + mecanização) baseadas em tecnologias não flexíveis e respondiam às exigências de ganhos crescentes de produtividade daquela época. Consequentemente, o ponto eletrônico modifica apenas a forma, mas não o conteúdo e a lógica da gestão tipicamente taylorista do tempo e do processo de trabalho. O relógio de ponto é simplesmente substituído pelo digital. Futuramente, talvez até o final deste século, o chefe imediato poderá ser substituído por um robô ou “androide”, devidamente programado para controlar a equipe de funcionários, mas a natureza da gestão tayloriano-fordista permanecerá.

SEIS QUESTÕES

Quando transpomos essa perspectiva para o âmbito do IBGE, várias questões surgem, mas aqui listarei apenas seis delas:

1. O salário é também um fator de incitação ao trabalho, não apenas o controle de frequência. Neste sentido, a teoria econômica moderna já reconhece o papel fundamental do chamado “salário de eficiência”, ou seja, a remuneração adequada ou necessária para fazer o trabalhador “vestir a camisa” da empresa. Dada uma taxa de salário estagnada (como é o caso nesta instituição governamental de serviços) e onde os

ganhos de produtividade não podem ser mensurados como no setor industrial, o mero cumprimento de uma jornada de 8 horas não assegura jamais a melhoria de qualidade e quantidade dos serviços prestados pela instituição. O controle eletrônico de frequência tenderá a reduzir o “voo externo” (de alguns servidores), mas não o “voo interno”. Para reduzir este último, seria necessária uma aplicação completa da agenda taylorista no IBGE: a mobilização de gerentes-capatazes sempre dispostos a reprimir e punir os morosos, os dispersos e que furtam sorrateiramente a jornada de trabalho de 8 horas fixada pelo governo. O curioso é que os servidores DAS 4, 5 e 6 ficam fora do controle, o que denota discriminação direta com o pessoal do assim chamado “chão de fábrica”. Estes devem ser enquadrados no taylorismo digital. Como se trata obviamente de taylorismo, a alta burocracia cuidou muito bem para autoexcluir-se e preservar sua liberdade de ir e vir sem maiores constrangimentos. Por outro lado, os níveis DAS 1, 2 e 3 foram incluídos porque como são os que efetivamente convivem no dia a dia com os funcionários do “chão de fábrica”, o seu não enquadramento criaria imediatamente problemas de gestão de pessoal.

2. Não foi realizado um estudo prévio sobre as especificidades dos processos de trabalho desenvolvidos no IBGE e na própria ENCE, levando-se em conta as particularidades, vantagens e limites das NTIC, no que concerne à gestão de pessoal e à própria produção dos serviços prestados. Uma atividade que há 20 anos exigia horas ou dias para ser executada, pode atualmente ser implementada em minutos, com os recursos de informática. Considerando-se uma jornada de trabalho institucionalmente rígida, e agora tayloristicamente controlada, mas sob condições de remuneração praticamente imutáveis, a exploração do trabalho dos funcionários terá lugar mediante o que se denomina “aumento da intensidade do trabalho”. Um exemplo claro da falta de uma compreensão mais qualificada do novo paradigma tecnológico disponível e de suas implicações para o IBGE pôde ser observado ao final da greve dos servidores, em 2005. Os grevistas foram premiados a “pagarem” as horas de paralisação, permanecendo

por tempos extras à jornada de 8 horas ou compensando aos sábados. Todavia, muitos apenas cumpriram formalmente a obrigatoriedade da presença extra, sem que isto significasse na prática um excedente de trabalho ou de resultados concretos para a instituição (provavelmente aumentando os gastos de energia e telefone do IBGE). Em outros termos, em sua grande maioria, os servidores simplesmente ficaram mais tempo “presos” na instituição sem terem o que efetivamente fazer de produtivo, porque as NTIC são muito mais produtivas do que as tecnologias anteriores e fazem muito mais com muito menos tempo de trabalho. Uma gestão mais realista, e mais consciente do potencial das NTIC, conclamaria as chefias para listar as pesquisas e trabalhos atrasados em razão da greve. Em seguida, fixaria prazos objetivos para os servidores grevistas concluírem essas atividades, não havendo necessidade nenhuma de compensações formais e estéreis do ponto de vista produtivo.

3. As novas bases técnicas proporcionadas pelas NTIC possuem aplicabilidade multissetorial, com os microcomputadores podendo operar de qualquer lugar, incluindo nossos lares. O atual paradigma tecnológico tem, portanto, possibilitado a realização de trabalhos fora do âmbito das organizações, inclusive com qualidade igual ou superior às realizadas sob o controle imediato ou a presença física do gerente. Basta um computador, os softwares e as bases de dados. Embora não institucionalizado no IBGE, sabe-se pelo convívio com os colegas, tanto da ENCE quanto de outras unidades, que já é frequente a realização de trabalhos nos lares dos funcionários. Para muitos, levar trabalho para casa virou mesmo rotina. Sobretudo, quando há problemas na rede para acessar os dados que precisamos para trabalhar. Todavia, esta atividade institucional (já que se refere a serviços da instituição), mas extraorganizacional (porque se realiza fora da mesma), não é computada como tempo de trabalho, apesar de se incorporar aos resultados do IBGE. É uma atividade não remunerada, que permite ao governo ganhos extras de produtividade com custo zero, mas sem que isto nos reverta em ganhos salariais concretos.

4. Parece-me que o controle rígido das nossas viagens, inclusive, quando não implicam em ônus para a instituição — conforme relatados nos e-mails de colegas —, são sintomas claros de preocupações administrativas que se inscrevem numa gestão neotaylorista das relações de trabalho. Enquanto tais, não contribuem em nada para a melhoria das atividades desenvolvidas na instituição, embora possam satisfazer concepções autoritárias e centralizadoras de gestão.

5. A necessidade de coibir os “abusos” de funcionários que desaparecem da instituição quando deveriam estar presentes não justifica o retorno às práticas tayloristas, numa época em que o paradigma tecnológico é pós-for-dista. Existem alternativas gerenciais mais criativas, que impediriam que todo o coletivo de trabalhadores pague por condutas irregulares de alguns colegas.

6. Outra questão relevante e que não está sendo considerada refere-se aos custos implícitos no funcionamento do “novo-antigo” sistema de controle taylorista de ponto: os servidores certamente passarão boa parte do tempo de trabalho envolvidos com expedientes burocráticos de justificativas de entradas e saídas fora do intervalo de 8 horas. Outros custos não poderiam nem mesmo ser expressos monetariamente, como o estresse causado pela preocupação adicional de evitar descontos indesejáveis em folha de pagamento. Numa gestão moderna adaptada às novas tecnologias, a preocupação vital para a organização deve estar centrada nos resultados esperados do processo de trabalho. A mera presença física do servidor não garante nem é mais pré-condição imprescindível à execução em qualidade e quantidade necessária dos produtos e serviços que deve executar.

O controle de ponto eletrônico não deve ser apreendido como algo trivial, dotado de racionalidade óbvia, que se justifica por si mesmo, sendo simplesmente necessário a uma instituição “moderna”, que precisa dar o “bom exemplo” de gestão de pessoal e coibir os abusos no setor público brasileiro.

No contexto de uma atividade de serviço como a desenvolvida pela ENCE e pelo IBGE, a gestão digital da frequência deveria ser objeto de uma ampla e profunda discussão com o pessoal mais afetado e que faz efetivamente o IBGE funcionar para a sociedade. Mas, lamentavelmente, a prática da gestão no setor público brasileiro tem permanecido alheia às implicações do novo paradigma tecnológico e às necessidades materiais e humanas dos servidores. Haja vista a contenção salarial brutal e incompatível com uma administração moderna de pessoal. Consequentemente, penso que corremos o risco de sermos modernos apenas em tecnologia, pois continuaremos arcaicos ou anacrônicos nas relações de trabalho necessárias para utilizá-la. ▀

(1) Artigo publicado no Jornal dos Economistas, Corecon-RJ e Sindecon-RJ, Nº 206, setembro de 2006.

(2) Economista do IBGE, Professor e Doutor em Economia pela EHESS de Paris e IE/UFRJ.

Centrus abre inscrição para o PCD

A Centrus iniciou em 31 de março o período de inscrição para os detentores de fração patrimonial no Plano de Contribuição Definida - PCD. No mesmo dia, o Diretor-Presidente, Helió Cesar Brasileiro, e o diretor de Benefícios, Antônio Francisco Bernardes de Assis, receberam os servidores inativos do Banco Central Edson Bernardes dos Santos, que presidiu o antigo Conselho de Curadores da Centrus no período de 1995 a 1999; Sílvio Rodrigues Alves, que exerceu a presidência da Diretoria-Executiva de 1992 a 1997; Odair Lucietto e Daniel Rodrigues Alves, primeiros detentores de fração patrimonial a formalizar a proposta de inscrição no PCD.

Hoje existem cerca de 4.200 titulares de fração patrimonial sob administração da Centrus, que terão até o dia 20 de junho para optar pelo Plano, uma vez que, em cumprimento a determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, no final de junho deste ano, o saldo remanescente dos que não se filiarem ao PCD será creditado nas respectivas contas bancárias, encerrando-se, nesse caso, o vínculo com a Fundação. A partir de julho, o Plano estará aberto à participação dos demais servidores ativos do Banco Central e dos empregados da Fundação.

Cronograma de Implantação do PCD

Entrega da Proposta de Inscrição	Inscrição no PCD	Pagamento dos Benefícios*	Cobrança das Contribuições*
Servidores com fração patrimonial			
De 31 de março a 17 de abril	2 de maio	30 de junho	Folha de pagamento de junho
De 22 de abril a 28 de maio	2 de junho	30 de julho	Folha de pagamento de julho
De 29 de maio a 30 de junho	30 de julho	30 de agosto	Folha de pagamento de agosto
Servidores sem fração patrimonial e empregados da Centrus			
A partir de 1º de julho	Primeira data útil subsequente	-	Folha de pagamento de mês subsequente

(*) Data de início do pagamento dos benefícios ou da cobrança das contribuições, se for o caso.

Objetivando a ampla divulgação, a Centrus, com apoio do Banco Central, promoveu palestras de apresentação do PCD, aberta a todos os servidores do Banco Central, nos auditórios das unidades do Órgão, nos dias 8, 10 e 11 deste mês, em Brasília, com transmissão pela TV Bacen, e nas gerências administrativas regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente.

Nos períodos de 9 a 17 de abril e de 5 a 23 de maio, das 9h às 19h, a Fundação mantém estande no Edifício-Sede do Banco Central, em Brasília, onde os interessados poderão esclarecer dúvidas sobre o Plano e apresentar a proposta de inscrição.

Além disso, colocou no site www.centrus.org.br, hot site com todas as informações e documentação relativas ao PCD, vídeo da palestra realizada no Banco Central em Brasília, e o simulador, que permite fazer exercícios a partir de dados pessoais e variação dos diversos parâmetros indispensáveis na definição do planejamento previdenciário, com a apresentação e comparação dos benefícios proporcionados pelo Plano.

A implantação do PCD encerra importante etapa iniciada com a edição da Lei 9.650, em 1998, ao mesmo tempo em que abre perspectivas para que o funcionalismo do Banco Central possa construir um futuro tranquilo e a Fundação se consolide como a entidade de previdência dos servidores da Autarquia.



Os limites da fiscalização remota

DIANTE DA FALTA DE SERVIDORES DO BC, SINAL QUESTIONA EFICIÊNCIA DA NOVA TECNOLOGIA PARA ENQUADRAR AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS



O Banco Central resolveu inaugurar, este ano, uma nova modalidade de fiscalização das instituições financeiras: a supervisão remota. O novo sistema de supervisão dos serviços bancários foi anunciado, pela primeira vez, no V Fórum sobre Inclusão Financeira, realizado no ano passado, em Fortaleza (CE), pela chefe do Departamento de Supervisão de Conduta, Andréia Vargas. Segundo ela, o departamento foi criado, em fins de 2012, com o objetivo de incentivar o aumento de ações que ajudem a reduzir as reclamações da sociedade que chegam ao Banco através do Departamento de Atendimento ao Público.

Hoje, o BC fiscaliza 1.990 instituições, das quais 142 bancos, 1.214 cooperativas de crédito e 276 administradores de consórcios, entre outras. Andréia Vargas explicou que essa modalidade terá como foco acompanhar o funcionamento das instituições que ficam em localidades remotas e de difícil acesso para os fiscais. Deixou subentendido que as tecnologias que passariam a ser usadas pelo Banco para melhorar a supervisão de instituições financeiras no país era uma alternativa ao encolhimento e falta de pessoal, ao dizer que “hoje, o gasto é grande”, em referência à fiscalização presencial, segundo reportagem publicada pela Folha de São Paulo, com o título “BC vai começar a supervisionar instituições pela internet a partir de 2014”.

De acordo com Andréia, para essa nova forma de supervisão, serão enviados formulários pedindo informações consideradas necessárias para o Banco avaliar a instituição. Com isso, não só o trabalho do BC vai ganhar agilidade, como também aumentará a escala de supervisão e fiscalização das instituições, uma vez que será possível realizar até 200 monitoramentos do comportamento

bancário ao mesmo tempo. “Essa técnica nos permitirá a abrangência e o ganho de escala que o universo não bancário nos exige, dado o grande número de instituições que constituem esse universo”, explicou. A supervisão remota vai atingir, de início, cerca de 1.200 cooperativas de crédito e mais 700 instituições não bancárias, a exemplo de distribuidoras de títulos e valores imobiliários já com atuação no mercado brasileiro. Primeiramente, a supervisão remota focará na prevenção de lavagem de dinheiro e, posteriormente, será estendida para os demais assuntos de competência do Decon — Departamento de Supervisão de Conduta —, inclusive os relacionados ao comportamento das instituições financeiras com os consumidores, de acordo com a palestra de Andreia Vargas, no V Fórum de Inclusão Financeira.

Na mesma apresentação da nova supervisão, a chefe do Decon esclareceu, ainda, o que compete ao BC fiscalizar: tarifas e pacotes de serviços; contratações de operações e prestação de serviços; atuação das ouvidorias; cálculo do valor presente para amortização ou liquidação antecipada de empréstimos; e Custo Efetivo Total (CET), cobrado nas operações de crédito. Reclamações registradas no SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente), ou de denúncias de oferta e publicidade abusivas, elevação de preços sem justa causa, taxas de juros (regidas pela livre concorrência) e cláusulas contratuais abusivas estão no âmbito da competência do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Hoje, para realizar o trabalho de supervisão, os auditores do BC se deslocam até a sede das instituições financeiras. Com a supervisão remota, pela internet, a visita ocorrerá apenas nos casos em que as análises prévias identificarem algum problema. Andréia Vargas disse, ainda, que, à medida que os novos

instrumentos de pagamento forem desenvolvidos e oferecidos no mercado, o BC avaliará o porte das empresas envolvidas para definir quem se enquadrará nessa modalidade de supervisão.

A AVALIAÇÃO DO SINAL

Apesar da iniciativa do BC em fiscalizar, de modo mais contundente, o comportamento dos bancos perante sua clientela ser bem recebida e até elogiada pelos servidores, os dirigentes do Sinal alertam para algumas limitações da proposta até agora apresentada, porque a realidade do dia-a-dia do Banco não corresponde a esse discurso oferecido pela direção. Hoje, por exemplo, as visitas às instituições, mesmo quando programadas, não raro não acontecem ou são limitadas, pois estão condicionadas a um número determinado de homens/hora. Ou porque não há servidores suficientes para fiscalizá-las in loco, ou alguns não aceitam fazer o serviço por conta do reduzido valor das diárias de viagens. Em reunião com dirigentes de 15 entidades de servidores federais, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, até acenou com a possibilidade de um reajuste nessas diárias, mas de concreto até agora o que existe é o completo fechamento dos cofres governamentais para quaisquer demandas que signifiquem melhoria dos serviços públicos.

A falta de pessoal é grave. Segundo cálculos do diretor de Estudos Técnicos do Sinal, Eduardo Stalin, o Banco conta com um quadro de 3.950 funcionários, dos quais, aproximadamente, 800 estarão aptos para se aposentar nos próximos dois anos. Em meados do ano, o BC deve receber novos 500 servidores concursados, mas desde que o ingresso seja autorizado pelo Ministério do Planejamento. O número de servidores para o Banco Central estabelecido legalmente é de

6.470, ou seja, há um déficit de quase 40% no quadro da instituição. Daí, a direção do Sinal acreditar que a fiscalização remota é “um quebra-galho para esconder a deficiência”.

Diante disso, o que todos se perguntam é como será possível que a fiscalização a longa distância seja eficiente, enquadre, de fato, as instituições financeiras e até identifique irregularidades graves de algumas delas. As regras previstas pelo próprio BC, acompanhando a tendência internacional, apontam a necessidade de uma fiscalização presencial para cada duas que sejam feitas a distância, o que parece tarefa impossível, por conta das suas restrições orçamentárias.

O temor dos dirigentes do Sinal é que o Banco Central seja acusado, mais adiante, de se omitir, por exemplo, diante da quebra de alguma instituição financeira por fraude, devido à falta de intervenção pontual e enérgica. Eles estão convictos de que, se os auditores não forem visitar os bancos, não vão conseguir apanhá-los em nenhuma irregularidade. Em editorial publicado no boletim do Sinal Apito Brasil, edição nº 151, de 11 de novembro de 2010, com o título “Banco Panamericano: sociedade demanda transparência e punição aos responsáveis”, os dirigentes do sindicato apontaram dois significativos riscos nos procedimentos habituais do BC: o de se apoiar em demasia no foco de risco e o de fazer avaliações indiretas baseadas em dados fornecidos pelos próprios bancos. Para eles, esses procedimentos não podem substituir as inspeções in loco e a checagem direta das operações que sustentam as informações enviadas pelas instituições, em busca de indícios de fraude ou erro. O texto também ressaltava que o rating, em especial, drena de tal forma os recursos humanos disponíveis para a fiscalização que torna materialmente inviáveis as inspeções diretas.

Os funcionários do BC receiam que as fraudes, como a constatada no Banco Panamericano, voltem a acontecer, por conta da frouxa e ultrapassada legislação que trata do funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o que reforça a urgente necessidade de regulamentação do art. 192 da Constituição Federal. Até aqui, o que está claro para os representantes da categoria é que o SFN não foge à regra geral do país de impunidade dos criminosos de colarinho branco.

Outra informação que circula nos corredores do Banco também acendeu um novo alerta no Sinal: a possibilidade de o BC repassar para a iniciativa privada a liquidação de instituições sem condições operacionais, hoje atividade exclusiva do Departamento de Liquidações Extrajudiciais (Deliq). O temor tem origem no questionamento do novo chefe do Deliq, José Reynaldo de Almeida Furlani, sobre a competência institucional do Banco Central de efetuar esses processos.

A recente notícia de que ocorreu a prescrição da penalidade imposta ao ABN AMRO, adquirido pelo Santander, é mais um revés que o BC sofre, em vista da falta de aprimoramento do arcabouço legal que rege o SFN: a lei 4.595, sancionada em 31/12/1964, e a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 192 ainda não foi regulamentado. Para os dirigentes do Sinal, a agilidade do mercado financeiro exige que o Congresso se dedique sobre o tema buscando oferecer à sociedade e ao Banco Central novos instrumentos eficazes para que o SFN possa impor penalidades quando constatados desvios nas instituições financeiras. 

